

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	22
Balancos patrimoniais	26
Demonstrações do resultado	27
Demonstrações do resultado abrangente	28
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	29
Demonstrações dos fluxos de caixa	30
DVA - Demonstrações do valor adicionado	31
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	32



—

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Curitiba, Estado do Paraná, 27 de março de 2024 – A Farmácia e Drogeria Nissei S.A., apresenta os seus resultados dos períodos, acumulados, findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

DESTAQUES OPERACIONAIS

Lojas do Grupo



386 lojas nos estados do PR, SC e SP

42 Novas lojas em 2023

06 fechamentos



Operações em Varejo

4,3% Same Store Sales

DESTAQUES FINANCEIROS



Receita Bruta Consolidada:

R\$ 2.706.335

16% maior que em dezembro de 2022



EBITDA ajustado

R\$ 177.022

3% maior que em dezembro e 2022

** Sem efeitos do CPC 06 – Contratos de arrendamento*

+ MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Se pudéssemos descrever o ano de 2023 em uma única palavra, esta seria “construção”. O ano de 2023 foi um ano com muitos desafios, terminamos o processo de integração da Merco (adquirida em Setembro de 2022), nos estruturamos para acelerar ainda mais o crescimento de lojas, inclusive abrindo 10 lojas em um único dia (21 de Dezembro) e já abrindo outras 21 lojas nos 2 primeiros meses do ano de 2024, concretizamos a aquisição da UPI da Poupafarma, e mesmo em um ano sem o efeito da pandemia, conseguimos fechar 2023 com um EBITDA (sem efeitos o CPC 06) de R\$ 177.022 Milhões, 3% acima do ano de 2022. São conquistas que somadas à desalavancagem que ocorreu através da primeira parcela de aporte de capital, levam toda diretoria da Nissei a estar confiante no plano de aceleração do crescimento e sustentabilidade da Nissei. Todas estas conquistas econômicas e financeiras vieram acompanhadas do nosso DNA de governança extrema, treinamento e aprimoramento de todos nossos funcionários e cuidados com a comunidade, sempre ajudando seja de forma direta ou através de diversas instituições e, ONG’s, Hospitais e outros parceiros.

Em maio de 2023 fomos a mercado com a emissão de certificado recebíveis imobiliários (CRI) no valor de R\$ 250.000 onde testamos com sucesso o nome Nissei frente a um mercado que estava ainda extremamente escasso e restritivo. E para encerrar o ano, em dezembro de 2023 realizamos um aporte de capital no valor de R\$ 179.000.000, para otimização da estrutura de capital e capital de giro.

Continuamos cumprindo o nosso real compromisso com a Sociedade, apoiando diversas ações sem fins lucrativos, mais de 95% das nossas lojas trabalham com energia renovável, capacitamos mais de 6 mil colaboradores, através da Universidade Nissei, realizamos a nossa primeira corrida “Nissei Run”, pois acreditamos que uma sociedade saudável é uma sociedade próspera.

FALE COM O RI

André Lissner – CFO e DRI
andre.lissner@nisseisa.com.br

Eltrica Violani – Gerente Contábil e RI
eltrica.violani@nisseisa.com.br
Tel 41 8753-5326

Daiana Vermudt – Analista de RI
daiana.vermudt@nisseisa.com.br

Geral: invest@nisseisa.com.br

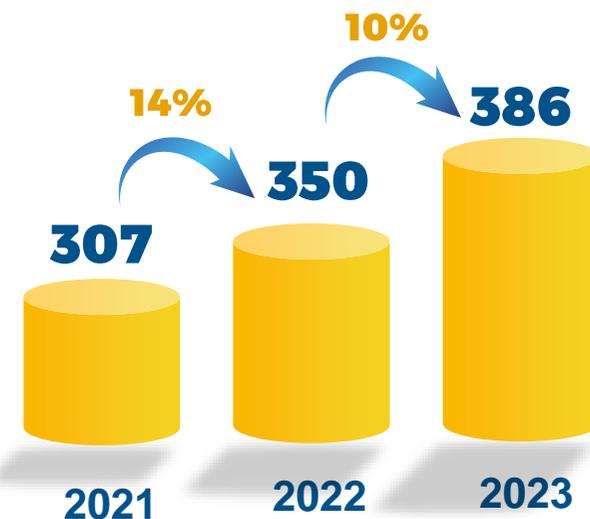
Contatos: (41) 9 8730-6070
(41) 9 8753-5326

SUMÁRIO

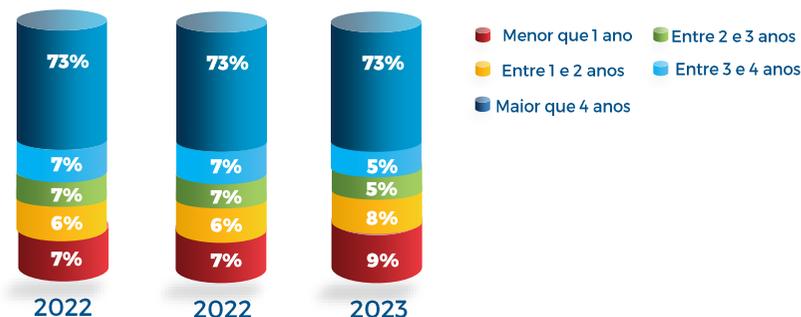
Valores em milhares de reais	Período de 12 meses		
	2021	2022	2023
Nº de Lojas	324	350	386
Nº de Funcionários (ativos)	6.084	6.438	6.590
Receita Bruta	1.973.372	2.343.104	2.706.335
Receita Líquida	1.860.022	2.207.011	2.549.996
Lucro Bruto (R\$)	640.192	750.294	853.789
Margem Bruta (%)	34%	32%	32%
EBITDA (R\$ milhões)	134.051	171.426	177.022
EBITDA (%)	7%	7%	7%

CRESCIMENTO DA REDE

Encerramos o exercício de 2023 com 386 lojas, presentes em 3 estados do Brasil, sendo eles: Paraná, Santa Catarina e São Paulo, distribuídos em mais de 100 municípios distintos. Continuamos crescendo de forma acelerada, onde em 24 de outubro de 2023 oficializamos ao mercado que vencemos o processo competitivo da aquisição UPI da Pouparfarma (grupo IVF), com lojas localizadas na região da Baixada Santista, Vale do Paraíba e Grande São Paulo, em linha com o plano de expansão traçado.



Em 2023 registramos um crescimento de vendas mesmas lojas (Same Store Sales – SSS) de 4 % para as lojas maduras (mature Same Store Sales – MSS) que são aquelas com mais de 3 anos, registramos 1% .



CRESCIMENTO DA REDE

Como primeiro passo para a integração da Merco ao ecossistema da Nissei, inauguramos a sede da Merco Soluções em Saúde (distribuidora de medicamentos especiais), em Curitiba, trazendo para uma das áreas mais promissoras da cidade a **Merco Medicamentos Especiais** (farmácia especializada em medicamentos especiais) e também a central administrativa que no ano de 2023 teve sua estrutura de funcionários reformulada e se adaptou às práticas de governança que a Nissei utiliza.

A Merco garante o acesso de medicamentos especiais, vacinas e nutrição especial para o paciente através de vendas feitas diretamente para o cliente final, planos de saúde, hospitais, instituições públicas, clínicas, etc.

As nossas lojas com conceito de *drugstore*, contam com uma diversidade de produtos e serviços para melhor atendimento de nossos clientes, acreditamos que a performance das lojas está em linha com a nossa estratégia de expansão, apresentando ótimos resultados durante o período de maturação. A aceitação inicial que tivemos na Baixada Santista foi maior do que as nossas expectativas e mais uma vez confirma a assertividade na expansão para esta região

“Através de um eficiente sistema de distribuição, incluindo certificação para itens refrigerados, a Merco está habilitada e preparada para atender ao mercado público e privado de todo país”.

- **Alexandre Maeoka**
- *Alexandre MAEOKA*





MARCAS EXCLUSIVAS

O crescimento de nossas marcas próprias, alicerçado às novidades promovidas, trouxe um incremento de 46% de vendas em comparação com o mesmo período anterior.

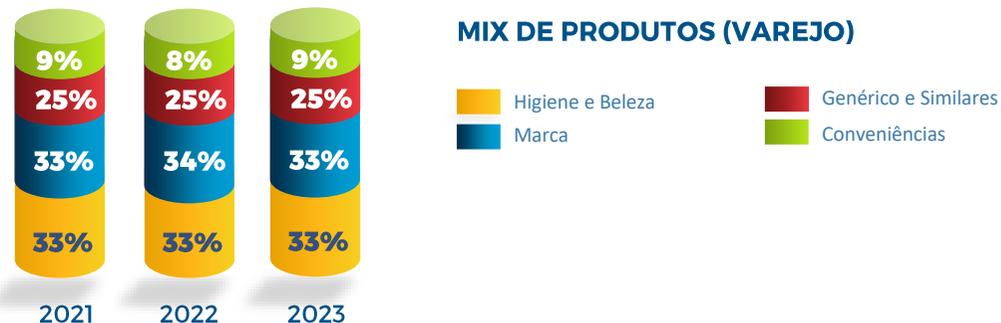
Nossos produtos compreendem as linhas de higiene e beleza; primeiros socorros; conveniência com salgadinhos, *snacks*, chips de soja, lentilha, batata e biscoitos de polvilho e nossas linhas de presenteáveis: **Unibunitê** e **Fresha**: com acessórios, escovas para pentear, cremes e sabonetes para mãos e corpo.

Lançamos em dezembro de 2023, a marca **Vidup**, contando com uma linha exclusiva de produtos nutricionais, suplementos e vitaminas, afirmando ainda mais o nosso propósito de *“sempre com você, promovendo saúde e bem estar”*.



MIX DE VENDAS

Para o exercício de 2023, notamos que o mix se manteve praticamente estável, realizamos o acompanhamento das vendas, verificando periodicamente o peso dos grupos dos produtos no montante total das vendas ocorridas.



OMINICHANNEL

Nossas vendas no conceito *omnichannel*, onde consideramos e-commerce (website), redes sociais, televendas, Whatsapp e vendas pelo app próprio e super apps funcionam de forma integrada às lojas físicas, permitindo acesso a informações, oferta de produtos e serviços de saúde aos nossos clientes.

No exercício de 2023 as nossas vendas pelo *omnichannel* cresceram mais de 94%, passando a representar aproximadamente 2 % das vendas totais da Companhia.

Vale destacar que estes e outros canais que não sejam a venda direta em loja, continuarão crescendo, mas sempre com as lojas alicerçando este processo. Acreditamos que a representatividade destas vendas continuará a crescer, mas não buscamos substituir vendas de lojas físicas e sim alcançar vendas adicionais, de forma que este crescimento deverá ser paulatino e focado.

MARKET SHARE

Continuamos com liderança de mercado no Paraná, encerramos o ano de 2023 com 18% de market share ¹ e continuamos crescendo no estado de São Paulo e Santa Catarina, apresentado um market share nos bricks em que atuamos de 6%¹ e 4%¹ respectivamente.

¹ conforme IQVIA.



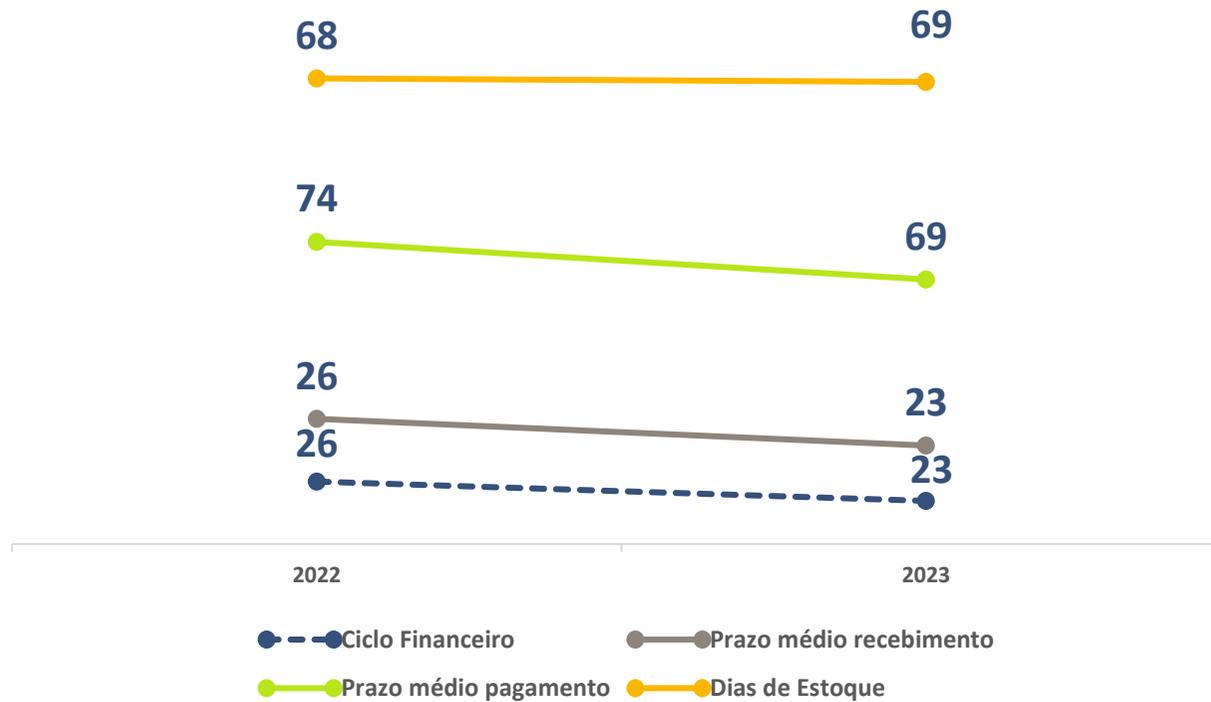
Avaliação ifood



4,8 Estrelas

CICLO FINANCEIRO

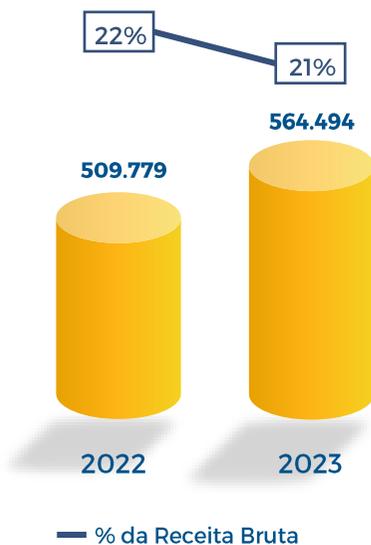
Encerramos o nosso ciclo financeiro de 2023 em 23 dias, apresentando uma redução de 3 dias quando comparado ao mesmo período do ano anterior (26 dias).



DESPESAS COMERCIAIS

Encerramos as despesas comerciais em 2023 no valor de R\$ 564.494, correspondendo a 21% da receita bruta obtida, apresentando uma redução de 1 p.p. em comparação ao mesmo período anterior (22%).

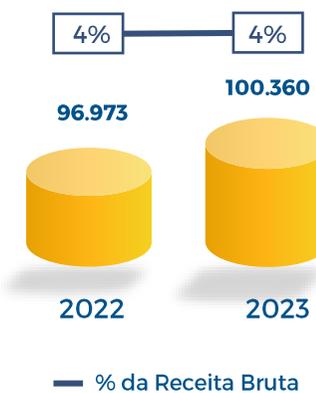
DESPESAS COMERCIAIS



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas em 2023 totalizaram R\$ 100.360, representando 4% da receita bruta.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS



RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Encerramos o período de 2023, com o total de R\$ 93.929 de despesas financeiras com efeito caixa e R\$ 78.950 de despesas financeiras sem efeito caixa (com ajuste a valor presente, operações de arrendamento – CPC 06), totalizando o montante de 172.789 de despesas financeiras líquidas.

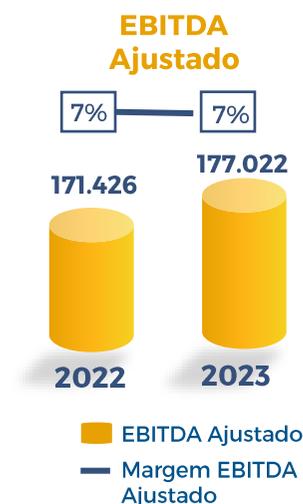
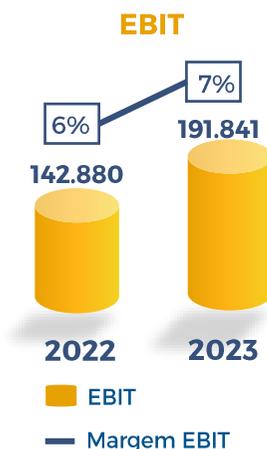
Descrição	2021	Período de 12 meses	
		2022	2023
Operações Bancárias	22.111	29.942	25.752
Debêntures 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e CRI	20.590	45.624	68.177
Custo Financeiro com efeito caixa	42.701	75.566	93.929
Juros de arrendamentos (CPC 06)	15.293	17.629	24.557
Ajuste a valor presente	14.981	30.592	54.393
Custo Financeiro sem efeito caixa	30.274	48.221	78.950
TOTAL	72.975	123.787	172.879

Com a operação de aporte de capital que aconteceu em dezembro de 2023, acreditamos que teremos uma importante melhora de resultado financeiro.

EBITDA AJUSTADO (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização)

Atingimos um EBITDA ajustado (sem efeitos do pronunciamento contábil CPC06) de R\$ 177.998, 4% acima do valor registrado no mesmo período do exercício anterior, o qual foi de R\$ 171.426.

(Em milhares de reais)	Período de 12 meses	
	2022	2023
(+) Resultado do exercício	12.289	8.658
(+) IR e contribuição social corrente e diferido	6.804	10.304
(+) Resultado Financeiro	123.787	172.879
EBIT	142.880	191.841
MARGEM EBIT	6%	7%
(+) Depreciações e amortizações	30.793	30.789
(+) Amortizações de arrendamento	62.215	68.739
EBITDA com efeitos IFRS e AVP	235.888	291.369
(+) Despesas administrativas selecionadas	13.819	10.943
(-) Efeitos CPC 06	2.037	(29.088)
(-) Juros com arrendamentos	(17.629)	(24.557)
(-) Amortizações de arrendamento	(62.215)	(68.739)
(-) Outras receitas (despesas) operacionais liquidas	(474)	(2.906)
EBITDA AJUSTADO	171.426	177.022
MARGEM EBITDA Ajustado	7%	7%



ENDIVIDAMENTO

Em 2023, emitimos com sucesso a uma operação de **Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)** no valor R\$ 250.000, com o objetivo de alongar o nosso endividamento e ter recursos para a aceleração de crescimento.

“ Em 2017 a Nissei iniciou projeto para acelerar seu crescimento de forma sustentável, que incluía entre outras coisas a readequação da estrutura de capital da Companhia.

Ao longo destes últimos anos fizemos diversas operações neste sentido, e o CRI vem coroar este processo de forma a alongar ainda mais as dívidas, bem como reduzir o seu custo financeiro.

Encerramos um período de aceleração de crescimento que entre 2016 e 2023 nos trouxe a outro patamar de representatividade e econômico, agora inicia-se uma nova fase onde iremos acelerar ainda mais, nosso conceito de drugstore está validado, adquirimos a Merco e com a aquisição da UPI da Poupafarma “entramos” de vez no estado de São Paulo. Para tanto, no final de 2023 fizemos um aporte de capital de quase 180 milhões de Reais, o que permite que este novo passo seja dado com tranquilidade e sustentabilidade ”

- André Lissner

MENSAGEM DO CFO



André Lissner, CFO e DRI

INICIATIVAS SOCIAIS

A política da Companhia estabelece critérios de seleção e priorização de seus investimentos, buscando aprimorar o crescimento de forma saudável e positiva, no exercício de 2023, foram destinados o montante de R\$ 38.261 para investimentos com expansão e inovação onde destacamos os projetos voltados ao aprimoramento da tecnologia da informação.

Nosso objetivo é promover saúde e bem-estar a todos, sejam eles clientes ou não clientes Nissei e, por isso cultivamos, diversas iniciativas ao longo dos anos.

Nossa responsabilidade ambiental, social e de governança são pilares que estão em constante aprimoramento.

Complexo de Saúde Pequeno Cotoengo – Doação mensal para pagamento de despesas e mantimento do projeto

Cajema – Uma intuição filantrópica que acolhe os idosos. Realizamos ações especiais com dia de brincadeiras e doação de kits de higiene, além de doações financeiras e materiais para estrutura.

Maestro da Bola – Projeto que atende crianças em vulnerabilidade social e crianças e jovens especiais promovendo ações de inclusão através do esporte

Pílulas do Bem – Pelo quarto ano consecutivo a Nissei apoiou a viagem da junta de missões da Primeira Igreja Batista de Curitiba. Anualmente eles realizam uma viagem missionária para a região amazônica levando médicos, fisioterapeutas e dentistas para atenderem os ribeirinhos.

Nissei Run Curitiba, evento promovido para incentivar a prática de esportes e autocuidado e bem-estar físico e mental, além de promover a solidariedade de doações de itens de higiene a comunidade em situações vulneráveis.

Em 2023, continuamos realizando **diversas ações** com nossos colaboradores, nos orgulhamos da formação e desenvolvimento interno com nossos profissionais e objetivamos sempre fazer parte da construção de cada um, que sempre possam carregar memórias de um **ambiente amigável, acolhedor e empático**. Hoje, a Companhia conta com 6.590 colaboradores ativos e para todos eles, disponibilizamos a Universidade Nissei, com o objetivo de estimular o crescimento pessoal e profissional. Com ampla diversidade de cursos direcionados a todos os setores presentes na Companhia.

Programa Raízes

PROGRAMA RAÍZES

O Programa Raízes surgiu para reconhecer e valorizar os colaboradores que possuem um longo tempo conosco.

São contemplados todos os colaboradores de 5, 10, 15, 20, 25 e 30 anos completos. Sabemos que são muitos anos de Farmácias Nissei e iremos sempre reconhecer com carinho, pois são anos de dedicação e desempenho pela nossa casa

Orgulho em Pertencer

ORGULHO EM PERTENCER

Nos orgulhamos de toda a nossa trajetória e vibramos por todas as conquistas que tivemos até aqui. Resultante de nossa dedicação e comprometimento, com clientes e colaboradores Nissei, colecionamos alguns prêmios que marcam a trajetória da Companhia e concretizam nossos esforços.



Colaboração

Investimos no Futuro Ambiental

INVESTIMOS NO FUTURO AMBIENTAL

Energia Sustentável:

Em 2021, iniciamos a produção de energia com quatro usinas fotovoltaicas situadas em Bandeirantes, interior do Paraná. Com capacidade média de produção **818.833 kw/h** por mês, além de utilizarmos também, energia renovável gerada por terceiros.

Em 2023, passamos a atender **acima de 95%** de nossa rede com energia sustentável, contribuindo com o meio ambiente em uma redução de mais de 800 toneladas de CO_2 por ano, seriam necessárias **2.300 árvores** para processar esse CO_2 .

Logística Reversa de Resíduos Sólidos:

Ainda preocupados com o meio ambiente, continuamos garantindo a destinação correta dos resíduos sólidos gerados em nossas lojas, ou trazidos pelos nossos clientes, que em 2023 foram de aproximadamente **2 toneladas**, os quais destinamos para o descarte especializado, corresponde a **725,17 milhões** de litros de água preservados.



Projeto ECOA

PROJETO ECOA

Temos orgulho do projeto inovador - ECOA Nissei que utiliza resíduos não biodegradáveis, como lonas de *frontlights*, *topsights*, outdoors e banners, os quais são transformados em produtos como *ecobags*, necessaires e estojos. **reduzindo o impacto ambiental**, mais de uma tonelada de materiais transformados em 2023, Em parceria com a Unilehu (Universidade Livre para Eficiência Humana), oferecemos oportunidades de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

*“O Projeto ECOA aborda temas extremamente relevantes para a sociedade e para a Nissei como empresa, como a **sustentabilidade**. Além de realizarmos a destinação correta dos materiais que produzimos para as nossas campanhas, ficamos contentes em exercer um **papel social** importante na transformação da vida dessas pessoas, proporcionando a elas uma profissão, renda e segurança”*

- Alexandre Maeoka, CEO.

Projeto de Preservação Ambiental



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, que entrou em vigor em 2 de janeiro de 2023, a Companhia informa que, durante o ano de 2023, a KPMG Auditores Independentes Ltda., realizou em 31 de dezembro de 2023 serviços de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras, emissão de carta conforto para a oferta pública de distribuição de certificados recebíveis imobiliários e relatório de asseguarção das demonstrações financeiras. O montante de honorários incorridos com os auditores independentes no exercício de 2023 foi de R\$ 442 mil, R\$ 819 mil e R\$ 102 mil, respectivamente.



 GRUPO
NISSEI S.A.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Farmácia e Drogeria Nissei S.A.**
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Farmácia e Drogeria Nissei S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do passivo de arrendamento e ativo direito de uso

Veja Notas 18 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ativos de direito de uso e passivos de arrendamento decorrentes de contratos de arrendamento, que referem-se, principalmente, aos imóveis que são utilizados para sua operação.</p> <p>O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental sobre os empréstimos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.</p> <p>A mensuração do valor presente dos pagamentos do arrendamento envolve o uso de julgamentos na determinação de certas premissas significativas, tais como: o prazo do arrendamento e a taxa de juros incremental.</p> <p>Devido ao julgamento inerente ao processo de reconhecimento e mensuração passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, bem como pelo fato de variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação, com base em amostragem, dos critérios adotados pela companhia para determinar o prazo não cancelável do arrendamento. Essa avaliação incluiu as opções de prorrogação e rescisão, bem como histórico e as expectativas de renovação dos contratos, que consideram as análises dos resultados operacionais das lojas.– Análise, com base em amostragem, da taxa incremental dos novos contratos de arrendamento, a partir da taxa média dos empréstimos vigentes pela companhia.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, os quais não foram registrados e divulgados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os valores reconhecidos de passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	323.364	115.778	325.195	116.922	Fornecedores	20	295.373	274.858	325.569	297.696
Aplicações financeiras	9	319	448	319	448	Arrendamentos a pagar	21	54.354	60.774	54.354	60.774
Contas a receber de clientes	10	164.559	147.553	199.327	172.124	Empréstimos e financiamentos	22	95.231	60.233	114.644	64.906
Estoques	11	327.359	268.147	342.078	277.795	Debêntures	23	71.602	101.480	71.602	101.480
Impostos a recuperar	12	39.646	50.392	41.867	53.909	Obrigações sociais e trabalhistas	24	58.558	61.509	59.634	61.986
Outros ativos	15	58.167	123.780	61.945	124.166	Obrigações fiscais e tributárias	25	23.242	17.366	23.594	17.576
Direitos sobre precatórios	13	13.229	55.339	13.229	55.339	Passivo a descoberto em controlada	17	314	249	-	-
		926.643	761.437	983.960	800.703	Parcelamento de tributos	26	13.072	5.111	13.072	5.111
						Outros débitos	27	18.291	13.637	18.797	13.897
								630.037	595.217	681.266	623.426
Não circulante						Não circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	14	861	5.007	861	5.007	Arrendamentos a pagar	21	148.815	103.672	148.815	103.672
Direitos sobre precatórios	13	56.049	5.699	56.049	5.700	Empréstimos e financiamentos	22	165.389	145.744	167.678	153.229
Impostos a recuperar	12	145.023	61.061	145.023	63.389	Debêntures	23	414.357	244.080	414.357	244.080
Ativo fiscal diferido	33	14.771	24.673	14.865	24.754	Parcelamento de tributos	26	18.206	19.395	18.206	19.395
Depósitos judiciais	28	5.453	5.748	5.655	5.941	Outros débitos	27	17.785	24.370	17.950	24.370
Outros ativos	15	85.260	4.421	85.326	4.530	Obrigações fiscais e tributárias	25	-	-	165	165
		307.417	106.609	307.779	109.321	Provisão para contingências	28	6.845	7.917	6.953	8.025
								771.397	545.178	774.124	552.936
Investimentos	17	28.653	36.849	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	18	316.641	258.187	317.856	258.594	Capital social	29	203.625	21.720	203.625	21.720
Intangível	19	35.531	10.056	59.246	40.487	Reservas de lucros	29	9.826	11.023	9.826	11.023
		380.825	305.092	377.102	299.081			213.451	32.743	213.451	32.743
		1.614.885	1.173.138	1.668.841	1.209.105			1.614.885	1.173.138	1.668.841	1.209.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	30	2.324.840	2.160.967	2.549.996	2.207.011
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	31	<u>(1.494.366)</u>	<u>(1.414.250)</u>	<u>(1.696.207)</u>	<u>(1.456.717)</u>
Lucro bruto		<u>830.474</u>	<u>746.717</u>	<u>853.789</u>	<u>750.294</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	31	(95.780)	(95.027)	(100.360)	(96.973)
Despesas comerciais	31	(552.727)	(508.186)	(564.494)	(509.779)
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	31	(426)	(1.035)	-	(1.035)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		<u>2.918</u>	<u>406</u>	<u>2.918</u>	<u>474</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, resultado de equivalência patrimonial e tributo sobre o lucro		<u>184.459</u>	<u>142.875</u>	<u>191.853</u>	<u>142.981</u>
Receitas financeiras	32	24.878	15.457	25.523	15.514
Despesas financeiras	32	<u>(188.699)</u>	<u>(138.665)</u>	<u>(198.402)</u>	<u>(139.301)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(163.821)</u>	<u>(123.208)</u>	<u>(172.879)</u>	<u>(123.787)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	17	<u>(2.078)</u>	<u>(378)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>18.560</u>	<u>19.289</u>	<u>18.974</u>	<u>19.194</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	33	-	(5.971)	(414)	(5.876)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	33	<u>(9.902)</u>	<u>(929)</u>	<u>(9.902)</u>	<u>(929)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>8.658</u>	<u>12.389</u>	<u>8.658</u>	<u>12.389</u>
Resultado por ação básico e diluído (em Reais):	36			0,056944	0,081484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	8.658	12.389	8.658	12.389
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	8.658	12.389	8.658	12.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores				
	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.720	3.446	21.292	-	46.458
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.389	12.389
Constituição de reservas	-	619	-	(619)	-
Dividendos intermediários	29	-	(26.104)	-	(26.104)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	11.770	(11.770)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	21.720	4.065	6.958	-	32.743
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.658	8.658
Constituição de reservas	-	433	-	(433)	-
Dividendos intermediários	29	-	(6.502)	-	(6.502)
Dividendos obrigatórios	29	-	-	(823)	(823)
Aumento de Capital	29	181.905	(2.530)	-	179.375
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	7.403	(7.403)	-
	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	203.625	4.498	5.329	-	213.451

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		8.658	12.389	8.658	12.389
Ajustes por					
Resultado na baixas de ativos	18 19	2.057	(5.161)	2.102	(5.161)
Depreciação e amortização (imobilizado e intangível)	18 19	98.973	93.008	99.528	93.008
Equivalência patrimonial	17	2.078	378	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	10	426	1.035	426	1.035
Reversão para perdas dos estoques	11	(2.318)	(834)	(2.318)	(834)
Reversão de provisão para contingências	28	(1.072)	(746)	(1.072)	(746)
Apropriação - custo da transação - empréstimos e debêntures	22 23	5.243	1.126	5.243	1.126
Valor justo 2ª série da 1ª emissão de debêntures	20	(1.755)	-	(1.755)	-
Juros apropriados (debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamentos)	18 19 20	127.011	96.005	129.323	97.370
Atualização de precatórios	13	(8.240)	(3.289)	(8.240)	(3.289)
Rendimento de aplicação financeira		129	-	129	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	4.146	4.285	4.146	4.285
Variação cambial	32	(4.115)	820	(4.115)	820
Imposto de renda e contribuição social - corrente	33	-	5.971	(414)	5.876
Imposto de renda e contribuição social - diferido	33	9.902	929	9.902	928
		241.123	205.916	241.543	206.807
Variações em					
Contas a receber de clientes	10	(17.432)	(27.151)	(27.629)	(51.722)
Estoques	11	(56.894)	4.371	(61.965)	(5.277)
Impostos a recuperar	12	(73.216)	(3.478)	(69.592)	(9.323)
Outros ativos	15	(15.226)	8.720	(18.575)	8.225
Depósitos judiciais	28	295	(471)	286	(664)
Fornecedores	20	20.515	(27.549)	27.873	(4.710)
Obrigações fiscais e tributárias	25	5.876	(27.760)	6.432	(27.503)
Obrigações sociais e trabalhistas	24	(2.951)	5.382	(2.352)	5.859
Outros débitos	27	(3.035)	36.207	(2.355)	38.901
Parcelamento de tributos	26	6.772	(3.654)	6.772	(3.654)
Pagamento de juros - arrendamento	21	(24.562)	(17.619)	(24.562)	(17.619)
Pagamento de juros - empréstimos	22	(35.034)	(38.864)	(36.602)	(39.652)
Pagamento de juros - debêntures	23	(66.999)	(40.068)	(66.999)	(40.068)
Pagamento imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		-	(7.638)	-	(7.638)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(20.768)	66.344	(27.725)	51.962
Fluxo de caixa de atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado	18	(48.490)	(40.782)	(49.574)	(41.703)
Aquisição de ativo intangível	19	(24.422)	(3.197)	(24.494)	(3.197)
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido no consolidado		-	(9.034)	-	(3.925)
Aplicações financeiras		-	430	-	430
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos		(72.912)	(52.583)	(74.068)	(48.395)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	22	142.837	101.154	158.326	113.154
Captação de debêntures	23	250.000	120.000	250.000	120.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	22	(81.180)	(101.982)	(87.869)	(102.679)
Custos da transação (empréstimos e financiamentos)	22	(4.752)	(857)	(4.752)	(857)
Custos da transação (debêntures)	23	(13.507)	(2.678)	(13.507)	(2.678)
Pagamento de arrendamentos	21	(66.865)	(60.783)	(66.865)	(60.783)
Pagamento de debêntures	23	(98.140)	(22.225)	(98.140)	(22.225)
Pagamento de dividendos	29	(6.502)	(11.104)	(6.502)	(11.104)
Integralização de capital	29	179.375	-	179.375	-
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	(1.190)	-	(1.190)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		301.265	20.335	310.065	31.638
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		207.586	34.096	208.273	35.205
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	115.778	81.682	116.922	81.717
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	323.364	115.778	325.195	116.922
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		207.586	34.096	208.273	35.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Farmácia e Drograria Nissei S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas (1)	2.427.097	2.267.649	2.686.862	2.342.566
Vendas de mercadorias, produtos e serviços, líquido das devoluções e abatimentos	2.426.407	2.268.684	2.686.180	2.343.601
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	690	(1.035)	682	(1.035)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	1.661.314	1.567.234	1.870.790	1.610.414
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.494.366	1.414.250	1.696.207	1.456.718
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	166.948	152.984	174.583	153.696
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	765.783	700.415	816.072	732.152
Depreciação e amortização (4)	97.885	93.008	98.090	93.008
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	667.898	607.407	717.982	639.144
Valor adicionado recebido em transferência (6)	(23.723)	11.813	(28.530)	(11.598)
Resultado da equivalência patrimonial	2.081	378	-	-
Ganhos tributários	-	-	-	-
Receitas financeiras	(24.878)	(14.399)	(27.226)	(14.398)
Outras receitas	(926)	2.208	(1.304)	2.800
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	691.621	619.220	746.512	650.742
Distribuição do valor adicionado	691.621	619.220	746.512	650.742
Pessoal	378.513	304.437	386.234	306.583
Remuneração direta	334.651	266.767	341.177	268.709
Benefícios	27.584	23.154	28.433	23.230
FGTS	16.278	14.516	16.624	14.644
Impostos, taxas e contribuições	111.457	166.621	146.488	181.596
Federais	51.591	108.739	59.308	111.397
Estaduais	59.287	56.798	86.597	61.892
Municipais	579	1.084	583	8.307
Remuneração de capital de terceiros	192.993	135.772	205.132	150.173
Despesas financeiras	167.137	133.884	178.921	148.285
Aluguéis	25.856	1.888	26.211	1.888
Remuneração de capital próprios	8.658	12.389	8.658	12.389
Resultado do exercício	8.658	12.389	8.658	12.389
Participação dos não controladores nos lucros retidos				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Farmácia e Drogaria Nissei S.A. (“Nissei”, “Companhia” ou “Grupo”), é uma sociedade anônima de capital aberto com registro obtido em 14 de janeiro de 2021 como categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia está sediada na Rua Acre, 205 – Água Verde em Curitiba, Estado do Paraná, tendo como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos, dermocosméticos e produtos alimentícios de conveniência em geral.

Atualmente conta com 385 lojas físicas, sendo 305 alocadas no estado do Paraná, 20 no estado de Santa Catarina e 60 no estado de São Paulo. Além disso, a Companhia conta com centro de distribuição arrendado no município de Colombo – PR.

Estrutura societária

Em 19 de abril de 2021, a Companhia criou a subsidiária integral denominada Nissei FID S.A., com objetivo de captação de recursos financeiros, conforme evidenciado na nota explicativa nº 17.

Em 31 de agosto de 2022, através de fato relevante, a Companhia divulgou ao mercado que havia celebrado contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 100% do capital social das empresas Malaluvi Holding S.A. (“Malaluvi”) e Sumatra Administração e Participação Ltda. (“Sumatra”), holdings não operacionais, que possuem participação na Merco Soluções em Saúde S.A. (“Merco”), localizada na Rua Brescia, nº 184, Colombo – PR. A Merco possui como atividade principal de distribuição de medicamentos especiais de alto custo, nutri farmacêuticos, nutrição enteral e de vacinas, inclusive, por meio de processos licitatórios, públicos e privados, além de comercialização de medicamentos especiais e de nutrição enteral.

Para maiores informações sobre os investimentos do Grupo, vide nota explicativa nº 17.

Em dezembro de 2023, o capital social da Companhia passou de R\$21.720 (vinte e um milhões, setecentos e vinte mil reais) para R\$ 203.625 (duzentos e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais), sem a emissão de novas ações. O capital social continua representado por 152.042.534 (cento e cinquenta e dois milhões, quarenta e duas mil, quinhentas e trinta e quatro) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Para maiores informações vide nota explicativa 29.

Aquisição de controladas

Em 1º de setembro de 2022, o Grupo obteve o controle das empresas Malaluvi e Sumatra, ao adquirir 100% do capital social destas entidades. Malaluvi e Sumatra controlam (subsidiária integral) a Merco. Vide detalhes na nota explicativa 17.

Nos quatro meses findos em 31 de dezembro de 2022, a Merco contribuiu com uma receita operacional líquida de R\$ 46.692 e lucro líquido de R\$ 38 às demonstrações financeiras

consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a receita operacional líquida consolidada seria de R\$ 2.406.967 e o lucro líquido do exercício consolidado seria de R\$ 14.778. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022.

As adquiridas Malaluvi e Sumatra são holdings não operacionais, e possuem substancialmente a participação societária na Merco. A Merco é a entidade responsável pela geração dos fluxos de caixa avaliados na transação.

Incorporação Malaluvi Holding Ltda e Sumatra Administração e Participações Ltda

Em 31 de dezembro de 2023, a Malaluvi Holding Ltda e Sumatra Administração e Participações Ltda foram incorporadas pela Farmácia e Drogeria Nissei S.A.

Na data de incorporação, a participação direta da Controladora na Malaluvi Holding Ltda e Sumatra Administração e Participações Ltda era de R\$ 2.528 e R\$ 2.553 respectivamente.

O patrimônio líquido utilizado para fins de incorporação em 31 de dezembro de 2023, estava representado pelos seguintes ativos e passivos:

Ativo	Malaluvi	Sumatra	Passivo e patrimônio líquido	Malaluvi	Sumatra
Circulante			Patrimônio líquido		
Caixa e equivalentes de caixa	2	27	Capital social	3.433	3.614
Total do ativo circulante	2	27	Reserva legal	11	42
			Lucros acumulados	(38)	(199)
			Total do patrimônio líquido	3406	3457
Investimentos	3.404	3.430			
Total do ativo não circulante	3404	3430			
Total do ativo	3406	3457	Total do passivo e patrimônio líquido	3406	3457

Endividamento

Em 13 de julho de 2022, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009.

A emissão é composta por 120.000 debêntures, divididas em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo assim o montante total de R\$ 120.000 (para detalhamento vide nota explicativa nº 23).

A Companhia captou recursos em 22 de junho de 2023, por meio da quinta emissão de debêntures privadas simples não conversíveis em ações em série única no montante de R\$ 250.000, subscritas exclusivamente pela Opea Securitizadora S.A. (para maior detalhamento vide nota explicativa nº 23).

Os recursos líquidos captados pela Companhia serão destinados ao pagamento de determinadas dívidas, conforme descrito na escritura de emissão e uso geral de caixa, capital de giro, refinanciamento e alongamento de dívidas da Companhia.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Administração do Grupo autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 em 27 de março de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 21 – prazo de arrendamento e premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas na mensuração dos passivos de arrendamento mercantil.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 19 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio.

Notas explicativas 28 – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Nota explicativa 33 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos da norma CPC 46 / IFRS 13, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 14 - Instrumentos financeiros derivativos, contratados na modalidade *swap*, o qual possui proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos contratos de *swap* para proteção cambial, mensurados a valor justo – nota 14.

6 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. O poder é exercido participando das decisões sobre os negócios, políticas operacionais e financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Na consolidação dos saldos comparativos está contemplado o investimento na Malaluvi Holding S.A. e Sumatra Administração e Participação Ltda., a partir de 1º de setembro de 2022.

	Porcentagem de participação		
	Controle	31/12/2023	31/12/2022
Malaluvi Holding S. A	Direto	-	100%
Sumatra Administração e Participação Ltda	Direto	-	100%
Merco Participações S.A. (controle indireto em 2022)	Direto	100%	100%
Nissei Fid S. A	Direto	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluem as informações da Companhia e as informações de suas controladas Nissei Fid S.A.. e Merco Participações S.A.

As informações consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

As práticas contábeis adotadas pela controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O exercício social das controladas é coincidente com o da controladora, bem como as práticas contábeis, de forma que na consolidação não existem efeitos materiais a serem considerados.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Receita

Venda de bens

A receita de vendas é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente, através dos canais digitais ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- Quando o Grupo puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o Grupo puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros do Grupo se modifiquem como resultado do contrato); e
- Quando for provável que o Grupo receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, o Grupo considera apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido. O valor da contraprestação à qual o Grupo tem direito pode ser inferior ao preço declarado no contrato se a contraprestação for variável, pois a entidade pode oferecer ao cliente uma redução de preço.

A receita do Grupo advém de revenda de mercadorias (medicamentos, perfumaria, cosméticos e outros produtos). Os clientes obtêm o controle da mercadoria adquirida no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas nos pontos de vendas do Grupo. Além das lojas físicas a Companhia opera, também, via Omnichannel. Entende-se, portanto, que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo complexidade na definição das obrigações de

desempenho e na definição do momento de transferência de controle das mercadorias aos consumidores. Os pagamentos de clientes são realizados, substancialmente, através de cartão de crédito, cartão de débito e dinheiro. As vendas parceladas ocorrem através de cartão de crédito em até seis parcelas mensais.

Verbas de marketing e publicidade

Verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento com o Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para estas mesmas mercadorias em outras condições que não sejam em caráter promocional. Essas negociações, normalmente, ocorrem com a área de compras do Grupo e são repassadas para a área de vendas para execução, alinhada com as estratégias de venda do Grupo. A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais referente a verbas de marketing e publicidade, a crédito como receita de serviços prestados (verbas), tendo como contrapartida um valor a receber do fornecedor no ativo.

d. Benefícios a empregados (curto prazo)

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos com aplicações financeiras, variação cambial, atualização monetária de precatórios e debêntures, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos, variação cambial, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), despesas bancárias e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

O Grupo classifica juros sobre capital próprio pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o

lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes para os dois exercícios apresentados:

- Instalações - 10 anos
- Veículos em uso - 5 anos
- Móveis e utensílios - 10 anos
- Máquinas e equipamentos - 10 anos
- Equipamentos de informática - 5 anos
- Edificações - 25 anos
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - Conforme contrato de locação vigente de 3 a 5 anos
- Direito de uso – arrendamento – conforme contrato de locação vigente que varia de 3 a 5 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Intangível e ágio

Softwares

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de uso de sistemas de informática são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A vida útil estimada dos *softwares* para os dois exercícios apresentados é de 5 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Fundo de comércio

Os pontos comerciais (fundo de comércio) compreendem a cessão do local de instalação das lojas do Grupo e são mensurados pelo custo histórico de aquisição e mantidos no ativo até quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis. A vida útil atribuída à este grupo de

ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente, que varia de 3 a 5 anos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, do Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão

antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vigência do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando existe atraso até 180 dias e a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

m. Arrendamentos

Como arrendatário, o Grupo arrenda diversos ativos, principalmente imóveis. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na

desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo não atua como arrendador em contratos que contém um componente de arrendamento.

n. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações acima de 30 dias, de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

o. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 4).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p. Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado pelo principal gestor das operações como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

As receitas do Grupo são provenientes integralmente do mercado nacional e concentradas na região sul do país. Não há cliente individual que represente mais de 10% das vendas da Companhia.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novos requerimentos atualmente vigentes

Esta tabela apresenta uma lista das recentes alterações nas Normas que passaram a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023. Essas alterações não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2023	CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro
	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
	Definição estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8)
	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)

Futuros requerimentos

Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas Normas que deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou estas normas de maneira antecipada. O Grupo está avaliando os possíveis impactos.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2024	Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16)
	Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7)
1º de Janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)
Disponível para adoção opcional /data efetiva diferida por tempo indeterminado	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	45.897	36.215	46.723	36.492
Aplicações financeiras	277.467	79.563	278.472	80.430
	323.364	115.778	325.195	116.922

No grupo de caixa e bancos, o montante total é composto pelos caixas físicos das lojas e contas bancárias correntes em bancos.

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 correspondem a aplicações em Certificado de Depósito Bancário – CDB, com liquidez imediata e são atualizadas à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com rendimento médio de 100% (101,50% em 2022), refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

9 Aplicações financeiras (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras estão representadas pelo montante de R\$ 319 (R\$ 448 em 31 de dezembro de 2022), cujo saldo está representado pelas operações no Banco BOCOM, sendo a realização das aplicações atreladas ao vencimento de empréstimo com a mesma instituição. Os recursos aplicados estão atualizados à taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI 100% em ambos os períodos apresentados, e refletem o valor da realização, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

10 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cartões de crédito	146.088	136.069	146.171	136.069
Convênios	12.687	7.319	12.687	7.319
Boletos e depósitos	3.320	-	38.005	24.574
Farmácia popular	2.708	3.093	2.708	3.093
Outras contas a receber	182	2.188	182	2.188
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(426)	(1.116)	(426)	(1.119)
	164.559	147.553	199.327	172.124

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	150.184	137.784	181.719	157.343
Vencidos entre 1 e 30 dias	6.928	8.755	8.340	13.874
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.015	611	2.298	511
Vencidos entre 61 e 90 dias	1.098	198	1.181	196
Vencidos entre 91 e 180 dias	2.425	150	2.847	147
Vencidos acima 180 dias	2.335	1.171	3.368	1.172
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(426)	(1.116)	(426)	(1.119)
Total	164.559	147.553	199.327	172.124

Na controladora, o saldo de contas a receber de clientes é composto por cartões de crédito e por parcerias realizadas com empresas e com o governo. No consolidado é composto pelas vendas de mercadorias da área privada e pública, cuja representatividade é de aproximadamente 81,2% e 12,3%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023 o prazo médio de recebimento, na controladora é de 19 dias e para o consolidado é de 23 dias (21 dias em 31 de dezembro de 2022, tanto para controladora quanto para o consolidado) sendo que esse prazo é considerado como parte das condições normais e inerentes às operações do Grupo.

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

As contas a receber são, substancialmente, representados por valores a receber das administradoras de cartão de crédito de primeira linha, sendo as principais Cielo, Mercado Pago e Safra Pay. Baseado no histórico de perdas destes recebíveis a administração avalia o risco de crédito como muito baixo. As contas a receber da controlada é substancialmente composto por boletos com prazos médios de vencimento em 50 dias.

As contas a receber de convênios representam contratos específicos com empresas que disponibilizam benefícios aos seus colaboradores para compra de produtos com desconto nas lojas da Nissei. A Companhia considera o risco de crédito baixo devido aos rigorosos critérios seletivos para aceitação destas parcerias.

As contas a receber de operações com a Farmácia Popular do Brasil (programa do Governo Federal para subsidiar medicamentos a população para algumas doenças como diabetes, asma, hipertensão e entre outros), tem baixo risco de crédito considerado pela Companhia, pois não há

indicativos relevantes para a não realização de todo montante envolvido e não há histórico de inadimplência do Governo Federal referente a estas operações.

Informações adicionais relacionadas à exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ‘Contas a receber de clientes’, estão divulgadas na nota explicativa 34.

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(1.116)	(81)	(1.119)	(84)
Constituições	(426)	(1.945)	(426)	(1.945)
Baixas efetivas (a)	1.116	910	1.119	910
	(426)	(1.116)	(426)	(1.119)

(a) As baixas compreendem os valores previamente provisionados.

11 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	320.973	266.188	335.649	275.836
Materiais de consumo	6.386	1.959	6.429	1.959
	327.359	268.147	342.078	277.795

Os estoques estão distribuídos da seguinte forma nos estabelecimentos do Grupo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Centro de distribuição	72.905	63.191	87.624	72.151
Lojas da rede	255.153	207.973	255.153	208.661
(-) Provisão para perdas nos estoques (a)	(699)	(3.017)	(699)	(3.017)
	327.359	268.147	342.078	277.795

A provisão para perda nos estoques em 31 de dezembro de 2023 inclui: (i) as mercadorias vencidas e danificadas, sem a expectativa de ressarcimento nas políticas dos fabricantes, totalizando R\$ 308 (R\$ 2.035 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) provisão de perdas de inventário na rede de lojas (roubos, perdas e baixas) no montante de R\$ 391 (R\$ 982 em 31 de dezembro de 2022). O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, na rubrica de custo das mercadorias vendidas.

As variações nos saldos de estoques de mercadorias para revenda, na controladora e no consolidado, foram incluídas no Custo dos Produtos Vendidos e totalizam, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.494.366 na controladora e R\$ 1.701.589 no consolidado (R\$ 1.456.717 controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2022). Os valores incluem o valor da baixa de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício e totalizaram R\$ 15.482 (R\$ 13.992 em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação da provisão de estoques no exercício encontra-se apresentada a seguir (controladora e consolidado):

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(3.017)	(2.183)
Constituições (a)	(8.617)	(8.056)
Baixas efetivas	10.935	7.222
	<u>(699)</u>	<u>(3.017)</u>

- (a) As constituições de perdas consideram a expectativa da Companhia com perdas com estoques vencidos, danificados e inventários, e embasadas nos controles de estoques realizados diariamente na rede de lojas e CD.

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre o lucro a recuperar				
IRRF – Imposto de renda retido na fonte	1.837	386	2.143	386
PIS - Programa de Integração Social (a)	2.420	-	2.607	-
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (a)	11.730	-	12.585	-
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	5.289	2.447	5.573	2.510
CSLL – Contribuição social sobre lucro líquido	3.176	963	3.276	1.003
	<u>24.452</u>	<u>3.796</u>	<u>26.184</u>	<u>3.899</u>
Outros tributos a recuperar				
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias (b)	160.217	107.653	160.706	113.062
Outros tributos a recuperar	-	4	-	337
	<u>160.217</u>	<u>107.657</u>	<u>160.706</u>	<u>113.399</u>
Total dos impostos a recuperar	184.669	111.453	186.890	117.298
Ativo circulante	39.646	50.392	41.867	53.909
Ativo não circulante	145.023	61.061	145.023	63.389

- (a) Em 31 de dezembro de 2023, a controladora reconheceu créditos de PIS e COFINS respectivamente de R\$ 2.420 e R\$ 11.730, inerentes à exclusão do ICMS - ST da base de cálculo dos referidos tributos, relativos ao período de maio de 2020 a dezembro de 2023. No consolidado, os créditos são inerentes a aquisição de mercadorias
- (b) Na controladora, o saldo de R\$ 160.217 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 107.653 em 31 de dezembro de 2022), refere-se ao montante pendente de realização de créditos de ICMS-ST. Os créditos foram reconhecidos em função da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que, em repercussão geral, garantiu o direito de ressarcimento ao contribuinte que recolheu antecipadamente o ICMS-ST em bases de cálculo superiores àquelas efetivamente comercializadas. Conforme recepção da matéria e regulamentação no Estado do Paraná, através do Decreto nº 3.886/2020, e NPFº 003, não foram reconhecidos créditos fiscais de períodos anteriores a decisão do STF, a qual permite o levantamento e ressarcimento e/ou complemento das diferenças do ICMS-ST a partir de outubro de 2016.

Nos casos em que o Centro de Distribuição recebe mercadoria com o ICMS ST retido anteriormente, é autorizado lançamento do crédito do imposto próprio, e o retido por substituição tributária em conta gráfica, conforme previsto no regime especial nº 6.577/2020, que atribuiu a condição de substituto tributário ao centro de distribuição. Nesse sentido.

Os respectivos saldos totais pendentes de realização já levantados e reconhecidos deverão ser realizados no período estimado entre 24 e 36 meses nas operações da Companhia.

No consolidado, o Grupo apresenta saldo de ICMS também em decorrência da isenção na venda de produtos oncológicos, amparados pelo convenio ICMS 162/94, sendo os créditos das aquisições mantidos porque o estado de Goiás não é signatário do referido convênio.

13 Direitos sobre precatórios (controladora e consolidado)

Os direitos sobre precatórios são de esfera estadual e estão da seguinte forma distribuídos:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Termo de obrigações - Precatório 48.609/1997 (a)	54.481	47.539
Créditos remanescentes - acordo geral (b)	8.855	7.800
Saldo remanescente do precatório nº 51.218/97 (c)	4.374	4.131
Precatórios Estaduais (d)	1.568	1.568
	69.278	61.038
Ativo circulante	13.229	55.339
Ativo não circulante	56.049	5.699

- (a) Créditos decorrentes do Precatório nº 48.609/1997 cedidos no termo de obrigações entre o Grupo e a CR Almeida S.A. em 23 de março de 2016. Em 31 de dezembro de 2023, somam o montante de R\$ 54.481 (R\$ 47.539 em 31 de dezembro de 2022), os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR. Em 31 de dezembro de 2023 a administração reclassificou o saldo para o ativo não circulante, considerando ser a melhor estimativa em relação ao período de realização.
- (b) Os saldos do precatório 51.218/97, remanescentes no valor de R\$ 8.855 em 31 de dezembro 2023 (R\$ 7.800 em 31 de dezembro de 2022) são provenientes da conciliação efetuada junto ao estado em 18 de dezembro de 2014, onde o Grupo detinha em um único precatório o valor de R\$ 110.725 e débitos de ICMS com o Estado do Paraná no montante de R\$ 106.284, resultando no saldo remanescente de direito, os quais se encontram devidamente atualizados aos índices legais aplicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR.
- (c) Os saldos remanescentes do precatório nº 51.218/97 no valor de R\$ 4.374 em 31 de dezembro de 2023, (R\$ 4.131 em 31 de dezembro de 2022) tem como credora originária a CR Almeida. Após a avaliação dos créditos do precatório, a administração da Companhia, com suporte de seus assessores jurídicos e utilizando dos relatórios da Procuradoria do Estado do Paraná, entendeu que o valor recuperável deste crédito perfaz o montante contabilizado.
- (d) Os demais créditos de precatórios, que somam R\$ 1.568 (R\$ 1.568 em 31 de dezembro de 2022), registrados no ativo não circulante, estão registrados pelo valor de custo e não incidem correção monetária e juros de mora, sendo irrecuperáveis, conforme escrituras públicas de cessão firmadas entre as partes.

14 Instrumentos financeiros derivativos (controladora e consolidado)

As estratégias e políticas para contratação de instrumentos financeiros, estão descritas na nota explicativa 34.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo tem o contrato na modalidade SWFC Netting Termo com o Banco Citibank, com o objetivo de proteção ao risco cambial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira.

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Valor do principal - Notional	Ponta ativa	Ponta passiva	Ativo (passivo)
50.000	39.665	38.804	861

Saldo em 31 de dezembro 2022

Valor do principal - Notional	Ponta ativa	Ponta passiva	Ativo (passivo)
50.000	55.565	50.558	5.007

As variações nos saldos passivos (empréstimos) e demais garantias vinculadas estão descritas na nota explicativa 22.

15 Outros ativos

Os valores a receber de outros ativos estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recebíveis por venda de participação societárias (a)	64.175	62.326	64.175	62.326
Venda de ativos para a Hatake Ltda. (b)	16.646	15.619	16.646	15.619
Antecipações acionistas	2.881	2.504	2.881	2.504
Outras operações com partes relacionadas	270	-	270	-
Total outros ativos – partes relacionadas	83.972	80.449	83.972	80.449
Acordos comerciais a receber (c)	38.596	32.896	41.337	32.896
Antecipações para fornecedores	9.941	4.553	10.515	4.613
Antecipações para colaboradores	3.036	4.541	3.128	4.637
Prêmios de seguros	-	1.081	-	1.081
Outros (d)	7.882	4.681	8.319	5.020
Total outros ativos – terceiros	59.455	47.752	63.299	48.247
Total de ativos	143.427	128.201	147.271	128.696
Ativo circulante	58.167	123.780	61.945	124.166
Ativo não circulante	85.260	4.421	85.326	4.530

- (a) O montante de R\$ 64.175 a receber em 31 de dezembro de 2023 refere-se a venda das quotas da Empresa Hatake Ltda. (anteriormente denominada de Nissei Administradora de Bens Ltda.). Veja detalhes da transação, termos e condições na nota explicativa 16a.
- (b) O valor de R\$ 16.646 a receber refere-se a recebíveis por venda de ativos imobilizados da Nissei. Informações adicionais da operação de venda constam na nota explicativa 16b.
- (c) Os saldos a receber de acordos comerciais referem-se a negociações com fornecedores de mercadorias para venda diferenciada de seus produtos nas lojas. Compreendem descontos financeiros no momento da venda ao consumidor, bem de como, programas de benefícios, verbas de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio e ainda abatimento por metas de volume, aferidos tanto nas compras quanto nas vendas, sendo essas transações reconhecidas como redutora do custo de mercadorias vendidas.
- (d) O saldo de R\$ 9.802 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.681 em 31 de dezembro de 2022), é referente à valores de IPTU a apropriar, aluguéis sublocação, bloqueios judiciais bem como, garantias de estruturação.

16 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas em aberto são precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes, conforme os detalhamentos nos itens a seguir, e devem ser liquidados conforme fluxo de caixa dos envolvidos, quando a data de vencimento não tiver sido formalmente determinada.

Abaixo demonstramos os saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Antecipações acionistas	2.881	2.504	2.881	2.504
Recebíveis por venda de participação societárias (a)	-	62.326	-	62.326
Venda de ativos para a Hatake Ltda. (b)	-	15.619	-	15.619
Outras operações com partes relacionadas	220	-	270	-
Total do ativo circulante	3.101	80.449	3.151	80.449
Ativo não circulante				
Recebíveis por venda de participação societárias (a)	64.175	-	64.175	-
Venda de ativos para a Hatake Ltda. (b)	16.646	-	16.646	-
Outras operações com partes relacionadas	50	-	-	-
Total do não ativo circulante	80.871	-	80.821	-
Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nissei Fid S.A (c)	78.388	81.105	78.388	81.105
Total do saldo passivo circulante	78.388	81.105	78.388	81.105
Total ativo partes relacionadas	83.972	80.449	83.972	80.449
Total passivo partes relacionadas	78.388	81.105	78.388	81.105

- (a) Em 30 de junho de 2020, o Grupo optou pela venda integral das quotas (99,9641%) que possuía na investida Hatake Ltda. (anteriormente denominada de Nissei Administradora de Bens Ltda.). O valor da venda das quotas na integralidade correspondeu, na data da transação, ao montante de R\$ 87.000. Em 2022 houve o recebimento parcial no montante de R\$ 11.672, em junho de 2022, e R\$ 15.000, realizados em dezembro de 2022. Em 30 de junho de 2023 foi realizada uma renegociação entre as partes e de acordo com avaliação da administração em conjunto com os devedores, o recebimento do saldo deverá ocorrer em prazo superior a um ano. Sendo assim, o saldo foi transferido para ativo não circulante. De acordo com as condições pactuadas entre as partes, as parcelas vincendas estão sendo atualizadas monetariamente com juros de 3% ao ano.
- (b) O saldo em aberto de R\$ 16.646 em 31 de dezembro de 2023 refere-se à venda de imóveis efetuada em junho de 2020 no valor de R\$ 15.619. Foi realizada uma renegociação entre as partes, na qual alterou o prazo de pagamento para 36 meses, dessa forma o saldo foi transferido para o ativo não circulante, e o mesmo teve aplicação de multa de 2% sobre o saldo e atualização pelo IPCA ou pelo fator de correção monetária que vier a substituí-lo, além de juros moratórios de 3% ao ano.
- (c) Em 19 de maio de 2021, a controladora realizou a 3ª emissão de debêntures privadas, no montante de R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1.000) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma privada em série única, tendo como debenturista a Nissei FID S.A., sendo que essa emissão se fez necessária para que os recursos captados pela Nissei FID S.A. (vide nota explicativa 23, item (iii)) pudessem ser enviados à controladora Farmácia e Drogeria Nissei S.A. As condições negociadas entre as partes seguem a mesma orientação do contrato com os debenturistas terceiros, ou seja, o vencimento dessa operação é em 14 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 5,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela teve seu vencimento em 14 de novembro de 2022.

A controladora possui imóveis locados da Hatake Ltda. (anteriormente denominada de Nissei Administradora de Bens Ltda.). As transações de aluguel são mensuradas com base em condições de mercado e são liquidados em base mensal, compreendendo os desembolsos abaixo durante os respectivos exercícios:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Centro de Treinamentos Nissei	421	398
Loja Nissei - Champagnat Batel	92	86
Loja Nissei - Alto da XV 24 horas	444	416
Loja Nissei - Juvevê Rocha Pombo	137	129
Loja Nissei - Praia de Leste	176	165
Loja Nissei - Rui Barbosa 24 horas	179	171
Loja Nissei - Tenente Francisco de Souza	816	756
Loja Nissei - Paranaguá	295	-
Outros	600	1029
Total	3.160	3.150

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração destinado à presidência do conselho e diretores estatutários, totalizou em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 6.391 (R\$ 6.061 em 31 de dezembro de 2022).

As participações no capital social estão demonstradas na nota explicativa 29.

17 Investimentos (controladora)

a. Composição dos saldos

		Participação	
		31/12/2023	31/12/2022
Nissei FID S.A. (a)	100%	(314)	(249)
Malaluvi Holding S.A. (b)	100%		
Participação no patrimônio líquido contábil		-	3.386
Ágio		-	15.025
Sumatra Administração e Participação Ltda. (b)	100%		
Participação no patrimônio líquido contábil		-	3.411
Ágio		-	15.025
Mercó Participações S.A.(c)	100%		
Participação no patrimônio líquido contábil		5.082	
Ágio		23.571	
Total		28.339	36.598
Passivo a descoberto		(314)	(249)
Investimentos		28.653	36.849

- (a) Em 14 de abril de 2021, a Companhia criou a controlada integral Nissei FID S.A. (representada pelo montante de um mil real), a qual possui sede na Rodovia do Contorno Norte, nº 305, loja 02, Roça Grande, Colombo - PR, com o objetivo de captar recursos no mercado por meio da emissão de debêntures, conforme evidenciado na nota explicativa 20. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do investimento é de R\$ 314 (R\$ 249 em 31 de dezembro de 2022), reconhecido como passivo a descoberto.

- (b) Em 31 de agosto de 2022, através de fato relevante, a Companhia divulgou ao mercado que celebrou contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 100% do capital social das empresas Malaluvi Holding S.A. e Sumatra Administração e Participação Ltda., cujas pessoas jurídicas participam na Merco Soluções em Saúde S.A. (subsidiária integral). O valor da aquisição corresponde ao montante de R\$ 36.886 representando 479.998 (quatrocentas e setenta e nove mil, novecentas e noventa e oito) quotas da sociedade. O pagamento pela aquisição foi dividido da seguinte forma: R\$ 8.000 foram pagos em 31 de agosto de 2022; R\$ 18.000 a serem pagos: (i) R\$ 13.500 em 40 pagamentos mensais, atualizados pelo CDI a partir da data de aquisição (agosto de 2022); (ii) R\$ 4.500 refere-se a uma garantia de pagamento e compensação de valores, sendo que R\$ 3.500 podem ser liberados mediante a decisão favorável ou parcialmente favorável (caso a condenação seja inferior ao montante supracitado) de processos em que as adquiridas Malaluvi e Sumatra e a controlada indireta Merco se encontram em polo ativo ou passivo, e R\$ 1.000 liberado em moeda corrente nacional em uma parcela única no 30º dia a partir do 6º aniversário da data da compra, caso o eventual saldo líquido de todas as retenções e compensações sejam suficientes. O saldo remanescente no valor de R\$ 10.886, refere-se a contraprestação contingente, abaixo detalhada.

Contraprestação contingente

Além da parcela à vista e das parcelas a prazo, os vendedores poderão fazer jus ao recebimento de pagamentos adicionais, em caso de atingimento de metas financeiras apuradas com base no Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda (LAIR) ajustado, conforme definido no Contrato de Compra e Venda (“Contrato de Aquisição”), referente aos exercícios sociais a encerrarem-se em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, a serem pagos em até 15 de setembro de 2026.

Na data de aquisição a administração estimou o valor provável de desembolso e o considerou no preço da transação, em contrapartida a contraprestação contingente na rubrica “outros débitos”. O valor apurado na data da aquisição, perfaz o montante de R\$ 10.886. Em 31 de dezembro de 2023, a administração avaliou que o valor provável de desembolso permanece inalterado em relação ao valor apurado na data de aquisição.

Abaixo apresentamos os valores desta combinação de negócios:

Os números abaixo referem-se a Merco Soluções em Saúde S.A., investida das empresas adquiridas pela Nissei – Malaluvi e Sumatra, as quais não são operacionais e possuem substancialmente a participação societária na Merco. A Merco é a entidade responsável pela geração dos fluxos de caixa avaliados na transação.

Ativo	37.247
<i>Ativo Circulante</i>	<i>34.715</i>
Caixa e equivalente de caixa	4.793
Contas a receber	17.418
Estoque	6.064
Impostos a recuperar	5.664
Outros créditos	776
 <i>Ativo não circulante</i>	 <i>2.541</i>
Impostos a recuperar	2.422
Outros créditos	119
 Passivo	 30.412
<i>Passivo circulante</i>	<i>21.537</i>
Fornecedores	16.206
Empréstimos a pagar	3.161
Outros	2.170
 <i>Passivo não circulante</i>	 <i>8.876</i>
Empréstimos a pagar	8.876
 Ativos líquidos adquiridos	 6.835
Ágio na aquisição de controlada	30.051
Preço de aquisição	36.886

- (c) Em 31 de dezembro de 2023, a Malaluvi Holding Ltda e Sumatra Administração e Participações Ltda foram incorporadas pela Farmácia e Drogeria Nissei S.A., consequentemente, esta passa a ser controlada direta da Merco Participações S.A.

b. Saldos da controlada

	Nissei FID S.A. 31/12/2023	Merco Participações S.A. 31/12/2023	Total 31/12/2023	Total 31/12/2022
Ativo				
Ativo circulante	76.907	64.269	141.176	1.093
Ativo não circulante	-	1.657	1.657	86.768
Ativo total	76.907	65.926	142.833	87.861
Passivo				
Passivo circulante	22.020	56.436	78.456	5.713
Passivo não circulante	55.200	2.572	57.772	75.600
Patrimônio líquido	(313)	6.918	6.605	6.548
Passivo e patrimônio líquido total	76.907	65.926	142.833	87.861
Resultado do período	(364)	(1.714)	(2.078)	(378)
Participação (%)	100%	100%	100%	100%
Equivalência patrimonial	(364)	(1.714)	(2.078)	(378)

O saldo de equivalência patrimonial está devidamente reconhecido na demonstração do resultado da controladora, no grupo de Equivalência patrimonial.

c. Movimentação do investimento

	Nissei FID S.A.	Malaluvi Holding S.A.	Sumatra Adm. e Part. Ltda.	Merco Participaçõe s S.A.	Total
Saldo em investidas em 31 de dezembro de 2021	92	-	-	-	92
Aquisição das controladas	-	3.404	3.430	-	6.834
Resultado das controladas do exercício	(341)	(18)	(19)	-	(378)
Ágio	-	15.025	15.025	-	30.050
Total movimentação	(249)	18.411	18.436	-	36.598
Passivo a descoberto em controlada em 31 de dezembro de 2022	249	-	-	-	249
Saldo em investidas em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	36.849	36.849
Aumento de capital	300	-	-	-	300
Alocação do ágio - Relacionamento com clientes	-	-	-	(6.482)	(6.482)

Resultado das controladas do exercício	(364)	-	-	(1.714)	(2.078)
Total movimentação	(64)	-	-	(8.196)	(8.260)
Passivo a descoberto em controlada em 31 de dezembro de 2023	(314)	-	-	(314)	
Saldo em investidas em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	28.653	28.653

18 Imobilizado

Abaixo demonstrativo das posições de ativo imobilizado e suas movimentações para a controladora e consolidado:

a. Conciliação do valor contábil

Controladora	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em imóvel de terceiros	123.964	(76.845)	47.119	105.738	(65.883)	39.855
Equipamentos de informática	35.271	(28.449)	6.822	33.915	(25.086)	8.829
Instalações	34.071	(19.941)	14.130	31.624	(17.470)	14.154
Máquinas e equipamentos	13.325	(7.043)	6.282	7.716	(6.481)	1.235
Móveis e utensílios	98.920	(48.687)	50.233	80.511	(41.784)	38.727
Veículos em uso	6.347	(5.603)	744	6.347	(5.163)	1.184
Direito de uso arrendamento	466.798	(278.287)	188.511	361.215	(209.548)	151.667
Imobilizado em andamento	2.800	-	2.800	2.536	-	2.536
	781.496	(464.855)	316.641	629.602	(371.415)	258.187

Consolidado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em imóvel de terceiros	123.964	(76.845)	47.119	105.738	(65.883)	39.855
Equipamentos de informática	35.832	(28.794)	7.038	34.265	(25.295)	8.970
Instalações	34.741	(20.033)	14.708	31.730	(17.522)	14.208
Máquinas e equipamentos	13.584	(7.187)	6.397	7.957	(6.604)	1.353
Móveis e utensílios	99.384	(48.720)	50.664	80.730	(41.784)	38.946
Veículos em uso	6.347	(5.728)	619	6.347	(5.288)	1.059
Direito de uso arrendamento	466.798	(278.287)	188.511	361.215	(209.548)	151.667
Imobilizado em andamento	2.800	-	2.800	2.536	-	2.536
	783.450	(465.594)	317.856	630.518	(371.924)	258.594

b. Movimentação do ativo imobilizado

b.1 Controladora

Custo Controladora	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88.736	29.185	29.806	7.482	65.862	6.376	291.093	3.193	521.733
Adições	6.970	4.190	876	145	5.121	341	76.973	24.098	118.714
Baixa	(3.338)	(8)	(140)	(88)	-	(370)	(6.851)	(50)	(10.845)
Transferências	13.370	548	1.082	177	9.528	-	-	(24.705)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	105.738	33.915	31.624	7.716	80.511	6.347	361.215	2.536	629.602
Adições	16.880	1.388	2.326	6.128	16.383	-	111.391	5.385	159.881
Baixas	(1.144)	(42)	(109)	(529)	(342)	-	(5.808)	(13)	(7.987)
Transferências	2.490	10	230	10	2.368	-	-	(5.108)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.964	35.271	34.071	13.325	98.920	6.347	466.798	2.800	781.496

Depreciação acumulada - Controladora	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(53.978)	(21.067)	(15.223)	(5.832)	(35.516)	(4.995)	(147.370)	-	(283.981)
Adições	(12.622)	(4.433)	(2.288)	(772)	(6.268)	(610)	(62.178)	-	(89.171)
Baixas	717	414	41	123	-	442	-	-	1.737
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(65.883)	(25.086)	(17.470)	(6.481)	(41.784)	(5.163)	(209.548)	-	(371.415)
Adições	(11.543)	(3.382)	(2.494)	(584)	(6.959)	(440)	(68.739)	-	(94.141)
Baixas	581	19	23	22	56	-	-	-	701
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(76.845)	(28.449)	(19.941)	(7.043)	(48.687)	(5.603)	(278.287)	-	(464.855)

Imobilizado líquido em 31/12/2022	39.855	8.829	14.154	1.235	38.727	1.184	151.667	2.536	258.187
Imobilizado líquido em 31/12/2023	47.119	6.822	14.130	6.282	50.233	744	188.511	2.800	316.641

b.2 Consolidado

Custo Consolidado	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88.736	29.185	29.806	7.482	65.862	6.376	291.093	3.193	521.733
Adição	6.970	4.543	983	386	5.340	341	76.973	24.098	119.634
Baixa	(3.338)	(11)	(140)	(88)	-	(370)	(6.851)	(51)	(10.849)
Transferências	13.370	548	1.081	177	9.528	-	-	(24.704)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	105.738	34.265	31.730	7.957	80.730	6.347	361.215	2.536	630.518
Adições	16.880	1.599	2.923	6.146	16.641	-	111.391	5.385	160.965
Baixas	(1.144)	(42)	(142)	(529)	(355)	-	(5.808)	(13)	(8.033)
Transferências	2.490	10	230	10	2.368	-	-	(5.108)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	123.964	35.832	34.741	13.584	99.384	6.347	466.798	2.800	783.450

Depreciação acumulada - Consolidado	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Equipamentos de informática	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos em uso	Direito de uso arrendamento	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(53.978)	(21.067)	(15.223)	(5.832)	(35.516)	(4.995)	(147.370)	-	(283.981)
Adições	(12.622)	(4.642)	(2.340)	(895)	(6.268)	(735)	(62.178)	-	(89.680)
Baixas	717	414	41	123	-	442	-	-	1.737
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(65.883)	(25.295)	(17.522)	(6.604)	(41.784)	(5.288)	(209.548)	-	(371.924)
Adições	(11.543)	(3.519)	(2.534)	(605)	(6.992)	(440)	(68.739)	-	(94.372)
Baixas	581	20	23	22	56	-	-	-	702
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(76.845)	(28.794)	(20.033)	(7.187)	(48.720)	(5.728)	(278.287)	-	(465.594)

Imobilizado líquido em 31/12/2022	39.855	8.970	14.208	1.353	38.946	1.059	151.667	2.536	258.594
Imobilizado líquido em 31/12/2023	47.119	7.038	14.708	6.397	50.664	619	188.511	2.800	317.856

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o Grupo e seus acionistas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas de captação de empréstimos, conforme divulgado na nota explicativa 22.

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor é constituído a provisão para *impairment*. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou e não identificou indicadores de *impairment*, não havendo, portando, a necessidade de constituição de provisão.

19 Intangível

Controladora	Software	Fundo de comércio	Relacionamento com cliente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.670	4.581		12.251
Adições	3.197	-		3.197
Baixas	(3.323)	(251)		(3.574)
Transferências	13	658		671
Amortizações	(224)	(2.265)		(2.489)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.333	2.723		10.056
Adições	4.008	20.414	6.464	30.886
Baixas	(200)	(379)		(579)
Amortizações	(3.107)	(1.458)	(267)	(4.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.034	21.300	6.197	35.531

Consolidado	Software	Fundo de comércio	Relacionamento com cliente	Ágio	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.670	4.581	-		12.251
Adições	3.577	-	-	30.051	33.628
Baixas	(3.323)	(251)	-	-	(3.574)
Transferências	13	658	-	-	671
Amortizações	(224)	(2.265)	-	-	(2.489)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.713	2.723	-	30.051	40.487
Adições	4.080	20.414	6.464	-	30.958
Baixas	(200)	(379)	-	-	(579)
Amortizações	(3.431)	(1.458)	(267)	-	(5.156)
Transferências	-	-	-	(6.464)	(6.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.162	21.300	6.197	23.587	59.246

Software

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. O Grupo realiza o reconhecimento de amortizações a taxa de 20%.

Fundo de comércio

Os gastos com fundo de comércio compreendem gastos com a aquisição de ponto comercial para operar as lojas da rede de acordo com os direitos adquiridos na aquisição ou locação do estabelecimento comercial.

Em 31 de dezembro de 2023, a variação do saldo está representada principalmente pelo reconhecimento da aquisição via Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) de 36 pontos de farmácias sob o nome fantasia “Poupafarma”, localizados no Estado de São Paulo e detidos por empresas que pertencem ao Grupo IVF – Em Recuperação Judicial (“Grupo IVF”), no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo IVF, autuado sob nº 1000225- 96.2023.8.26.0260.

Os montantes são avaliados pelo valor de aquisição e o seu valor recuperável é analisado, no mínimo, anualmente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou e não identificou a necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

A avaliação do valor recuperável dos gastos com fundo de comércio foi avaliado ao nível de cada unidade geradora de caixa (UGC), no caso do Grupo referem-se as localidades onde estão instaladas cada loja, que inclui tais custos e foi estimado com base na geração dos fluxos de caixa esperados da UGC.

A vida útil atribuída à este grupo de ativos intangíveis é conforme contrato de locação vigente. Qualquer perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Ágio na aquisição de controlada

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), adquirido na combinação de negócios com as controladas Malaluvi Holding S.A. e Sumatra Administração e Participação Ltda.. Vide detalhes da transação na nota 17.

Relacionamento com clientes

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023, corresponde ao valor justo sobre o relacionamento de clientes, tendo com uma vida útil estimada de 75 meses, a qual foi calculada sobre um percentual de *churn rate* (taxa de cancelamento) de 16% ao ano.

Teste de impairment do ágio

Foi realizado teste de impairment para o ágio na aquisição do investimento nas controladas Malaluvi e Sumatra, tomando como base a Merco como única Unidade Geradora de Caixa, pois, é a entidade responsável pela geração dos fluxos de caixa avaliados na transação. O modelo utilizado foi de fluxo de caixa descontado para os próximos 5 anos mais o período de perpetuidade.

As premissas chaves utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são:

Descrição

Taxa de desconto depois dos impostos(i)	15,98%
Taxa de crescimento na perpetuidade (ii)	3%

(i)A taxa de desconto foi estimada a partir do custo médio ponderado de capital atribuível à adquirida totalizando 15,9% a..a após impostos.

(ii)As projeções foram efetuadas partindo do valor estimado para 2023, com a reposição da inflação medida pelo IPCA sobre os preços conjugada com crescimento de volume decorrente do volume de vendas dos períodos, bem como a manutenção da margem bruta 30%.

O valor de ágio apurado na aquisição está sujeito a avaliação de *impairment* (redução ao valor recuperável). O Grupo avaliou para *impairment*, revisitando as premissas utilizadas no cálculo de fluxo de caixa descontado. O fluxo de caixa foi baseado em uma projeção nominal para os próximos 10 anos, iniciando-se em janeiro de 2023. A partir sde 2032 consideramos uma perpetuidade com crescimento equivalente a expectativa de inflação de longo prazo. Apesar do

volume de vendas reduzido, diante das premissas utilizadas para as projeções, esta redução não comprometeu a geração de caixa e a perpetuidade. Para o ágio por expectativa de rentabilidade futura, não foi identificada a necessidade de ajustes para perda por redução do valor de recuperação na última avaliação anual efetuada, em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, foram incorporadas pela Companhia a Malaluvi Holding Ltda e Sumatra Administração e Participações Ltda. conforme descrito na nota explicativa 17.

20 Fornecedores

O grupo de fornecedores da Companhia está assim representado, nos exercícios de análises:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias	265.485	255.158	295.681	277.996
Fornecedores de bens e serviços	29.888	19.700	29.888	19.700
	295.373	274.858	325.569	297.696

21 Arrendamentos a pagar (Controladora e Consolidado)

O Grupo arrenda diversos imóveis para os seus espaços de escritórios, lojas de varejo e centro de distribuição. As locações de imóveis operacionais são executadas por período entre 5 anos (lojas) a 10 anos (centro de distribuição). Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação automática por período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato.

O direito de uso e obrigações com arrendamentos consideram as seguintes premissas:

- O início do prazo de arrendamento considera a data em que o Grupo passa a exercer o direito de uso do imóvel. Neste sentido, foi definida a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do espaço físico.
- Para a definição do prazo do arrendamento adotou-se o prazo de cada contrato adicionado as premissas detalhadas abaixo ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”) que concede ao arrendatário (Controladora) o direito à renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas.
- Aluguéis comerciais: Em virtude dessa modalidade de contrato possuir diversos prazos, a Companhia adota as seguintes premissas:
 - Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e que geram resultados operacionais economicamente viáveis, considerou-se o prazo de 60 meses.
 - Contratos de lojas com prazos de contratos originais renovados automaticamente e consideradas em avaliação de resultados operacionais, considerou-se o prazo de 24 meses e também o prazo estimado pela Administração de manter as instalações comerciais.
 - Aluguel do centro de distribuição: considerado o prazo de contrato do imóvel.
 - A taxa de juros incremental de financiamento do arrendamento teve abrangência em todos os contratos e considerou taxas de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. Após análise, a

taxa nominal de desconto ficou entre 0,31% a 1,17% a.m., a qual dentro das análises do Grupo correspondeu a taxas médias das captações de empréstimos, que correspondeu a taxa incremental de financiamento.

- Para a depreciação do ativo de direito de uso, considerando que não há contratos com opção de aquisição do ativo ao final do prazo, foram utilizadas como vida útil do bem, o prazo do contrato de arrendamento, quando da ausência de perda ao valor recuperável, sendo considerado o que for menor. A depreciação do bem ocorre de forma sistemática e linear. Ressalta-se que o Grupo reavalia periodicamente a vida útil dos direitos de uso, incluindo sempre que a operação no referido imóvel apresenta alterações de planos comerciais estratégicos ou verifica-se a intenção dos locadores na descontinuidade do contrato.
- Os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do arrendamento.

O Grupo ressalta que acompanha periodicamente aspectos das aplicações do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 – Redução do valor recuperável de ativos, no que tange a avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base em parâmetros gerenciais de avaliação de rentabilidade de lojas e centro de distribuição.

A movimentação do passivo de arrendamento, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	155.582
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	76.975
Pagamentos efetivados - principal	(60.783)
Pagamentos efetivados – juros	(17.619)
Juros reconhecidos no resultado	17.629
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(7.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	164.447
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	111.391
Pagamentos efetivados - principal	(66.865)
Pagamentos efetivados – juros	(24.562)
Juros reconhecidos no resultado	24.566
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(5.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	203.169
Passivo circulante	54.354
Passivo não circulante	148.815

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06 (R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CMV (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. O Grupo desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam então chegar a informação. Isto posto os inputs são:

Taxa de desconto nominal aplicada entre – 0,31% a.m. a 1,17% a.m..

Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 4,62% a.a.

Cronograma de pagamentos não inflacionado (tabela abaixo).

Período	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	54.354	-
Entre 1 e 2 anos	49.131	60.774
Entre 2 e 5 anos	96.834	39.466
Mais de 5 anos	2.850	30.403
Total	203.169	164.447

A movimentação do direito de uso de arrendamento, classificado dentro da conta de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	143.723
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	76.973
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(6.851)
Depreciação no exercício	(62.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	151.667
Contratos complementares (novos contratos e reajustes de contratos)	111.391
Baixas contratos por vencimento e fechamento de lojas	(5.808)
Depreciação no exercício	(68.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	188.511

22 Empréstimos e financiamentos

O grupo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

Descrição	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda estrangeira (dólares norte americanos)					
Banco Citibank (a)	Pré fixada + pós fixada (CDI)	39.651	55.563	39.651	55.563
Total em moeda estrangeira		39.651	55.563	39.651	55.563
Capital de giro – moeda local					
Banco Safra	Pré fixada + pós fixada (CDI)	63.678	86.108	63.678	86.108
Banco ABC	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	19.678	-	19.678
Banco CCB	Pré fixada + pós fixada (CDI)	11.848	13.300	11.848	13.300
Banco Itaú (b)	Pré fixada + pós fixada (CDI)	-	-	21.702	12.158
Banco do Brasil (c)	Pré fixada + pós fixada (CDI)	77.976	-	77.976	-
Banco BRDE	Pré fixada + pós fixada (Selic)	16.972	17.691	16.972	17.691
Banco BBM	Pré fixada + pós fixada (CDI)	1.002	3.409	1.002	3.409
Banco Daycoval	Pós fixada (CDI)	2.396	5.277	2.396	5.277
Total capital de giro		173.872	145.463	195.574	157.621
Arrendamentos (Leasing)					
Banco Daycoval	Pré fixada	3.058	3.340	3.058	3.340
HP Financial	Pré fixada	146	773	146	773
Total arrendamentos		3.204	4.113	3.204	4.113
CDC					
Banco Safra	Pré fixada	632	838	632	838
Banco Itaú	Pré fixada	-	-	-	-
Total CDC		632	838	632	838

Reverse Finance Operation (Risco Sacado)

Banco Bradesco (d)	29.090	-	29.090	-
Banco do Brasil (d)	14.171	-	14.171	-
Total Reverse Finance Operation (Risco Sacado)	43.261	-	43.261	-

- (a) Operação financeira junto ao Banco Citibank teve início em junho de 2022, com vencimento em junho de 2026. A operação é em moeda estrangeira na qual há cobertura de derivativos, com variação cambial (swap), provisionada para o exercício no montante ativo de R\$ 861 (vide nota explicativa 14).
- (b) Em 12 de julho de 2022, a controlada indireta Merco realizou um empréstimo no montante de R\$ 12.000 junto ao Banco Itaú, parcelado em 45 vezes, tendo o vencimento em 9 de julho de 2026, a uma taxa de 3,20% mais 100% da CETIP. O primeiro pagamento ocorreu em 9 de novembro de 2022. Para 2023, a controlada contratou um capital de giro no valor de R\$ 15.000, com taxa de juros 7,69% a.a., o qual é renovado automaticamente de acordo com a necessidade de capital de giro.
- (c) Em 29 de junho de 2023, a Controladora realizou captação de empréstimos para capital de giro no valor de R\$ 80.241, com vencimento em 15 de junho de 2028, remuneradas a uma taxa de 2,62% a.a., mais 100% da CETIP.
- (d) A Companhia realizou operações na modalidade “reverse finance operation”, que permite estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações com os fornecedores, e devido a ocorrência das alterações das condições previamente pactuadas com o fornecedor está classificada como empréstimos e financiamentos, tendo como saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 43.261, tendo como o valor original de R\$ 44.693, desse montante R\$ 1.902 estão relacionados aos encargos financeiros a ocorrer até o fim da operação datada até 30 de abril de 2024.

Covenants financeiros

O contrato firmado em moeda estrangeira junto ao Banco Citibank, iniciado em 6 de junho de 2022, com vencimento em 8 de junho de 2026, possui vencimento antecipado imediato caso os covenants financeiros não sejam cumpridos, sendo esses:

- (a) Semestralmente: A partir de 31 de dezembro de 2022, indicador de liquidez por meio da fórmula: Dívida líquida ajustada (correspondente ao resultado de empréstimos e financiamentos, deduzido de caixa e aplicações financeiras, normalizada a série 2 da primeira emissão de debêntures para que esta sempre reflita o valor a ser pago em caso de valorização pela metodologia da PUT) dividida pelo EBITDA ajustado (resultado consolidado antes das despesas financeiras, do resultado de equivalência patrimonial, de tributos e contribuições sobre o lucro e de participações minoritárias, acrescido das despesas de depreciação e amortização; e deduzido das despesas de arrendamento), sendo desconsiderados efeitos extemporâneos, CPC 06 (R2)/IFRS 16 e ajustes a valor presente (AVP), devendo atingir o indicador de (conforme escritura):

Ano	Indicador
2022	3,5x
2023	3,0x
2024	2,7x
2025	2,5x
2026	2,5x

- (b) Anualmente: Razão entre ativo circulante e o passivo circulante consolidado maior ou igual a 1,10.

- (c) Anualmente: Valores nominais mínimos de patrimônio líquido consolidado maior ou igual a R\$ 27.000, valor deve ser corrigido anualmente pelo IPCA.

A Companhia não possui cláusulas de vencimento antecipado contendo índices financeiros atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda nacional vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Em dezembro de 2023 a Companhia está cumprindo integralmente estas obrigações.

Cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado

O contrato firmado em moeda estrangeira junto ao Banco Citibank, possuem cláusulas de inadimplemento ou vencimento antecipado cruzado, de modo que poderão ser impactados e ter seu vencimento antecipado declarado em decorrência do vencimento antecipado e/ou descumprimento de obrigações relacionadas a outras dívidas do Grupo.

Taxas contratadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo trabalhou com juros pré-fixados e juros pós-fixados. As taxas médias de juros são:

Pré-fixado - Juros médios de 0,95 % a.m.

Pós fixados – Juros médios de CDI + 0,31% a.m. ou Juros médios de Selic + 0,30% a.m.

Garantias demais operações

Compõem as garantias para operações de empréstimos e financiamentos do Grupo os seguintes bens e direitos:

Aval dos acionistas;

- Fluxo de carteira de cartão de crédito;
- Aplicações financeiras (nota explicativa 9);
- Ativos dos acionistas, sendo: fazenda, ativos biológicos; imóveis comerciais e residências; e veículos diversos e outros bens móveis objetos de operação para aquisição dos mesmos.

Não há qualquer outro ativo do Grupo arrolado em outras operações financeiras.

Movimentações

As movimentações dos empréstimos e financiamentos compreendem:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	212.433	212.433
Captações	101.154	113.154
Juros e Atualizações	33.224	34.120
(-) Pagamento do principal	(101.982)	(102.679)
(-) Pagamento de juros	(38.864)	(38.905)
(-) Novos custos de transação	(845)	(845)
Amortização de custo da transação	857	857
Saldo em 31 de dezembro de 2022	205.977	218.135
Captações	142.837	158.326
Juros e Atualizações	35.199	37.511

(-) Variação cambial	(4.115)	(4.115)
(-) Pagamento do principal	(81.180)	(87.869)
(-) Pagamento de juros	(35.034)	(36.602)
(-) Novos custos de transação	(4.752)	(4.752)
Amortização de custo da transação	1.688	1.688
Saldo em 31 de dezembro de 2023	260.620	282.322

Cronograma de pagamento:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	95.231	114.644
2025	63.281	65.570
2026	53.414	53.414
2027	29.527	29.527
2028	16.954	16.954
A partir de 2029	2.213	2.213
	260.620	282.322

Custo da transação

Os custos de transações incorridos, incluindo encargos financeiros a transcorrer, ainda não apropriados ao resultado do Grupo nas negociações de empréstimos junto ao Banco Safra e Banco do Brasil, foram apresentados reduzindo o saldo passivo e serão realizados durante o prazo de vencimento das operações. Abaixo demonstramos a movimentação:

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.215
Novos custos da transação	(845)
(-) Amortização de custo da transação	833
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.203
Novos custos da transação	4.752
(-) Amortização de custo da transação	(1.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.267

23 Debêntures (controladora e consolidado)

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Segunda série (valor justo) - 1ª Emissão Farmácia Nissei (i)	-	48.606
Primeira série (custo amortizado) – 2ª Emissão Farmácia Nissei (ii)	9.063	27.274
Segunda série (custo amortizado) - 2ª Emissão Farmácia Nissei (ii)	77.167	81.105
Primeira série (custo amortizado) – 1ª Emissão Nissei FID S.A. (iii)	77.167	81.105
Primeira série (custo amortizado) – 4ª Emissão Farmácia Nissei (iv)	45.431	63.136
Segunda série (custo amortizado) - 4ª Emissão Farmácia Nissei (iv)	42.516	50.341
Primeira série (custo amortizado) – 5ª Emissão Farmácia Nissei (v)	250.574	-
(-) Custo das operações	(15.959)	(6.007)
	485.959	345.560
Passivo circulante	71.602	101.480
Passivo não circulante	414.357	244.080

- (i) Em 29 de outubro de 2017, a Companhia realizou sua primeira captação de recursos com emissão de debêntures conversíveis em ações da Companhia, que foi realizada junto ao CWB - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica, subdividida em duas séries, no montante total de R\$ 153.061. A primeira série tinha como vencimento final em 31 de outubro de 2021, e foi quitada de forma antecipada e facultativa em 26 de maio de 2021, pelo valor de R\$ 185.800.
- A segunda série corresponde ao valor justo da opção de venda (put) da debênture série 2, a qual é mensurada com base no cálculo do EBITDA ajustado (corresponde ao lucro da emissora antes dos juros, impostos, despesas financeiras líquidas, depreciação, amortização, outras receitas /despesas operacionais líquidas, despesas administrativas e líquido de qualquer efeito de AVP) acumulado dos últimos doze meses multiplicados por 8,5, multiplicados por 4,4 %, cuja opção pode ser exercida, a critério do credor, a partir de 31 de outubro de 2021 até 31 de outubro de 2023. Em 29 de agosto de 2023 foi realizada a quitação no valor de R\$ 46.851.
- (ii) Em 26 de maio de 2021, a Companhia emitiu R\$ 120.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma pública, em conformidade com os termos da Instrução CVM nº 476, dividida em duas séries:
- (a) 1ª Série no valor de R\$ 40.000, com vencimento em 26 de maio de 2024, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 4,50% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em nove parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 14 de maio de 2022.
- (b) 2ª Série no valor de R\$ 80.000, com vencimento em 26 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescido *spread* (sobretaxa) de 5,50% a.a., base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 14 de novembro de 2022.
- (iii) Em 19 de abril de 2021, a Nissei FID S.A. emitiu 1ª emissão de debêntures (3ª emissão Drogarias e Farmácia Nissei S.A) no montante de R\$ 80.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de forma privada em série única, a qual terá vencimento em 14 de maio de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescida de *spread* (sobretaxa) de 5,00% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 15 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 14 de novembro de 2022.
- (iv) Em 13 de julho de 2022, a Companhia emitiu R\$ 120.000 (valor nominal unitário de R\$ 1) de debêntures simples, não conversíveis em ações, de forma privada, divididas em duas séries:
- (a) 1ª série no valor de R\$ 70.000, com vencimento em 13 de julho de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread (sobretaxa) de 2,80% ao ano, base de 252 dias úteis, pagos mensalmente. A amortização ocorrerá em 48 parcelas mensais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 15 de agosto de 2022.
- (b) 2ª série no valor de R\$ 50.000, com vencimento em 13 de julho de 2026, com incidência de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescido *spread* (sobretaxa) de 2,80% a.a., base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em 13 parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 15 de julho de 2022.
- (v) Em 23 de junho de 2023, a Companhia integralizou 250 mil quotas certificados de recebíveis imobiliários, da da 120ª emissão, em série única, da Opea Securitizadora S.A, os quais são lastreados em créditos imobiliários decorrentes da 5ª (quinta) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da Companhia. Foram emitidas 250.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo, na, o valor de R\$ 250.000 ("Debêntures"), nos termos e condições previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, na Companhia.. a Operação possui vencimento em 20 de junho de 2028, com incidência de juros remuneratórios de correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescido spread (sobretaxa) de 3,5% a.a., base de 252 dias úteis, pagos trimestralmente. A amortização ocorrerá em parcelas trimestrais consecutivas, cuja primeira parcela foi paga em 22 de setembro de 2023.

Covenants

Acompanhamento semestral:

Indicador de liquidez por meio da fórmula: Razão entre Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual aos indicadores listados abaixo:

Dívida líquida ajustada (correspondente ao resultado de Empréstimos e Financiamentos, deduzido de Caixa e Aplicações Financeiras, dividida pelo EBITDA ajustado (resultado consolidado antes das despesas financeiras, do resultado de equivalência patrimonial, de tributos e contribuições sobre o lucro e de participações minoritárias, acrescido das despesas de depreciação e amortização; e deduzido das Despesas de Arrendamento), sendo desconsiderados efeitos extemporâneos, CPC 06 (R2)/IFRS 16, devendo atingir no mínimo os seguintes indicadores por ano:

2ª, 3ª emissão (1ª emissão FID):

<u>Ano</u>	<u>Indicador</u>
01/01/2021 a 31/12/2021	3,60 x
31/12/2021 a 31/12/2022	3,25 x
31/12/2022 a 31/12/2023	3,00 x
31/12/2023 a 31/12/2024	2,75 x
31/12/2024 a 31/12/2025	2,50 x

4ª emissão e 5ª emissão:

<u>Ano</u>	<u>Indicador</u>
31/12/2022 a 31/12/2023	3,60x
31/12/2023 a 31/12/2024	3,25x
31/12/2024 a 31/12/2025	3,00x
31/12/2025 a 31/12/2026	2,75x

Acompanhamento anual:

- Razão entre ativo circulante e o passivo circulante consolidado maior ou igual a 1,10.
- Valores nominais mínimos de patrimônio líquido consolidado maior ou igual a R\$ 27.000, valor deve ser corrigido anualmente pelo IPCA.

Para a segunda e a terceira emissão da Farmácia Nissei S.A (1ª Emissão FID) as garantias serão compartilhadas e possuem as seguintes características:

- Direitos creditórios representados pelo precatório requisitório nº 48.609/97, no valor original, em janeiro de 2017, de R\$ 34.911 e o precatório requisitório nº 51.218/97, no valor original, em dezembro de 2014, de R\$ 4.441, ambos passíveis de correção monetária e incidência de juros, conforme indexador da taxa referencial.

- Alienação de 50% mais uma ação da totalidade do capital social da Companhia detidas pelo Sérgio Maeoka, cujo percentual corresponde a 76.021.268 de ações ordinárias.

Deverão transitar mensalmente na conta vinculada com o Banco Safra, até o término da operação, no mínimo, R\$ 20.000. Para fins de pagamento da amortização será constituída uma reserva, a ser retida na referida conta, cujo saldo deverá representar o percentual do saldo do valor do serviço da dívida, a saber:

- 25% faltando 60 dias para cada data de pagamento da remuneração ou data de amortização;
- 50% faltando 45 dias para cada data de pagamento da remuneração ou data de amortização;
- 75% faltando 30 dias para cada data de pagamento da remuneração ou data de amortização; e
- 100% faltando 15 dias para cada data de pagamento da remuneração ou data de amortização.

Movimentação dos saldos de debêntures

Movimentação	Debêntures	Debêntures	Total
	Custo Amortizado	Valor justo	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	198.983	44.798	243.781
(+) Atualização 2ª Emissão de debêntures	18.636	-	18.636
(-) Pagamento de juros 2ª Emissão	(19.092)	-	(19.092)
(-) Pagamento de principal 2ª Emissão	(14.133)	-	(14.133)
(+) Atualização 3ª Emissão de debêntures	15.126	-	15.126
(-) Pagamento de juros 3ª Emissão	(13.729)	-	(13.729)
(-) Pagamento de principal 3ª Emissão	(800)	-	(800)
(+) Apropriação custo da transação - 2ª, 3ª e 4ª Emissão	1.126	-	1.126
(-) Atualização 2ª série - 1ª Emissão	-	3.808	3.808
(+) Captação de recursos - 4ª Emissão	120.000	-	120.000
(-) Pagamento de juros 4ª Emissão	(7.247)	-	(7.247)
(-) Pagamento de principal 4ª Emissão	(7.292)	-	(7.292)
(+) Atualização 4ª Emissão de debêntures	8.054	-	8.054
(-) Custo da transação 4ª Emissão (ii)	(2.678)	-	(2.678)
(=) Total das movimentações	97.971	3.808,00	101.779
Saldo em 31 de dezembro de 2022	296.954	48.606	345.560
(+) Atualização 1ª Emissão de debêntures	-	(1.755)	(1.755)
(-) Pagamento da 1ª Emissão de debêntures	-	(46.851)	(46.851)
(+) Atualização 2ª Emissão de debêntures	17.316	-	17.316
(-) Pagamento de juros 2ª Emissão de debêntures	(17.730)	-	(17.730)
(-) Pagamento de principal 2ª Emissão de debêntures	(22.497)	-	(22.497)
(+) Atualização 3ª Emissão de debêntures	14.220	-	14.220
(-) Pagamento de juros 3ª Emissão de debêntures	(14.256)	-	(14.256)
(-) Pagamento de principal 3ª Emissão de debêntures	(3.600)	-	(3.600)
(+) Atualização 4ª Emissão de debêntures	15.463	-	15.463
(-) Pagamento de juros 4ª Emissão de debêntures	(15.680)	-	(15.680)
(-) Pagamento de principal 4ª Emissão de debêntures	(25.192)	-	(25.192)
(+) Captação de recursos - 5ª Emissão de debêntures	250.000	-	250.000
(+) Atualização 5ª Emissão de debêntures	20.247	-	20.247
(-) Pagamento de juro 5ª Emissão de debêntures	(19.333)	-	(19.333)
(-) Novos custos da operação 5ª Emissão	(13.507)	-	(13.507)
(+) Apropriação custo da transação	3.555	-	3.555
(=) Total das movimentações	189.005	(48.606)	140.399
Saldo em 31 de dezembro de 2023	485.959	-	485.959

- (i) No que se refere às demais emissões (2ª, 3ª, 4ª e 5ª) de debêntures, os gastos com a estruturação das emissões e serviços especializados foram reduzidos do valor efetivo recebido de debêntures, a título de adiantamento para despesas necessárias ao longo do prazo da operação para com obrigações do contrato e manutenção do debenturista:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	5.100
Novos Custos	2.678
(-) Amortização de custo da transação	(1.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.007
Novos Custos	13.507
(-) Amortização de custo da transação	(3.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.959

Cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
2024	71.602	71.602
2025	163.502	163.502
2026	135.470	135.470
2027	76.923	76.923
2028	38.462	38.462
Total	485.959	485.959

24 Obrigações sociais e trabalhistas

A obrigações sociais e trabalhistas do grupo, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários a pagar	14.223	16.117	14.437	16.593
FGTS a recolher	2.142	1.819	2.186	1.819
INSS a recolher	6.836	7.648	6.973	7.648
Provisão de férias, 13º salário e encargos	27.012	24.217	27.531	24.218
Prêmios de produtividade e campanhas	7.479	11.072	7.641	11.072
Outras obrigações trabalhistas	866	636	866	636
	58.558	61.509	59.634	61.986

25 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS a recolher	-	854	47	913
IRPJ e CSLL a recolher	795	455	795	464
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias	2.031	379	2.524	381
ICMS ST - Substituição tributária a recolher	16.306	12.616	16.306	12.625
Outros impostos e taxas (a)	4.110	3.062	4.087	3.358
	23.242	17.366	23.759	17.741
Passivo circulante	23.242	17.366	23.594	17.576
Passivo não circulante	-	-	165	165

- (a) Outros impostos e taxas é composto por vários outros impostos, tais como taxas de ISS, Fundo de pobreza, IRRF sobre folha de pagamento, INSS retido na folha de pagamento e ainda PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher.

26 Parcelamentos de tributos

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras compreendem parcelamentos de tributos realizados pela controladora, os saldos estão assim compostos:

Farmácia e Drogeria Nissei S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Programa de regularização tributária - PRT	10.340	12.586	10.340	12.586
Programa especial de regularização tributária - PERT	8.928	9.563	8.928	9.563
Parcelamento Receita Estadual Paraná	12.010	2.357	12.010	2.357
	31.278	24.506	31.278	24.506
Passivo circulante	13.072	5.111	13.072	5.111
Passivo não circulante	18.206	19.395	18.206	19.395

A manutenção do Grupo nos programas de parcelamento acima mencionados depende do atendimento de várias condições, sobretudo da continuidade do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da Lei, e do pagamento dos tributos vincendos. O não pagamento de três parcelas acarretará o vencimento do débito total em aberto, com a imediata apuração do saldo devedor originário e incidência de todos os acréscimos legais.

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo está atendendo as condições necessárias para a sua continuação nos programas de parcelamentos.

27 Outros débitos

Abaixo demonstramos a composição dos saldos de outros débitos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos – negociações comerciais (a)	11.713	7.771	11.713	7.872
Parcelamento aquisição investidas (b)	20.882	28.591	20.882	28.591
Outros valores a pagar	3.481	1.645	4.152	1.804
	36.076	38.007	36.747	38.267
Passivo circulante	18.291	13.637	18.797	13.897
Passivo não circulante	17.785	24.370	17.950	24.370

- (i) A saldo corresponde à antecipações de negociações realizadas com os fornecedores, da qual a Companhia realizará ações comerciais durante o exercício.
- (b) Representado substancialmente pelo valor a pagar pela aquisição das empresas Sumatra Administração e Participação Ltda. e Malaluvi HoldingS.A. (vide nota explicativa 17).

28 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, as ações trabalhistas, provisionou os montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Demandas prováveis				
Trabalhistas e previdenciárias	4.952	6.015	5.060	6.015
Cíveis e administrativas	1.893	1.902	1.893	2.010
Total	6.845	7.917	6.953	8.025

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais				
Trabalhistas e previdenciárias	5.147	5.445	5.349	5.638
Cíveis e administrativas	306	303	306	303
Total	5.453	5.748	5.655	5.941

Controladora	Saldo 31/12/2022	Novas Provisões	Baixas	Saldo 31/12/2023
Administrativo	1.735	-	-	1.735
Cível	166	-	(8)	158
Tributários	4.391	-	-	4.391
Trabalhista	1.625	-	(1.064)	561
Total	7.917	-	(1.072)	6.845

Consolidado	Saldo 31/12/2022	Novas Provisões	Baixas	Saldo 31/12/2023
Administrativo	1.735	-	-	1.735
Cível	166	-	(8)	158
Tributários	4.391	-	-	4.391
Trabalhista	1.733	-	(1.064)	669
Total	8.025	-	(1.072)	6.953

Contingências trabalhistas e previdenciárias

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores questionando diferenças no recebimento de horas extras com consequente diferença em verbas rescisórias e questionando a aplicação do intervalo disposto no artigo 384 da CLT.

Contingências cíveis

O Grupo figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Contingências possíveis

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis avaliadas pelo Grupo com o suporte dos assessores jurídicos como sendo de risco possível, em 31 de dezembro de 2023 no montante estimado de R\$ 25.852 (R\$ 16.600 em 31 de dezembro de 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS's não requerem sua contabilização.

29 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em dezembro de 2023, o capital social da Companhia está representado pelo montante de R\$ R\$ 203.625, representadas por 152.042.534 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, o mesmo número de ações ordinárias nominativas, correspondia a R\$ 21.720.

A alteração do capital social da Companhia, ocorreu mediante:

(i) Reservas de lucros:

Em 07 de dezembro de 2023, a Companhia teve o aumento de capital por meio da capitalização parcial da reserva de lucros acumulados no valor de R\$ 2.530 (dois milhões, quinhentos e trinta mil reais),

(ii) Transferências de ações e aporte de capital

Em 08 de dezembro de 2023, os acionistas Alexandre Maeoka, Sérgio Maeoka e Patricia Maeoka Aisengart Accionly, realizaram transferências, diretas e indiretas, totalizando 76.021.266 ações. Desse montante, 76.006.63 ações foram transferidas para a Kaminari S.A., que é uma sociedade detida exclusivamente pelos acionistas controladores, representando 49,99% do capital social total da companhia. As outras 15.025 ações foram transferidas para o acionista Sérgio Maeoka, representando 50,01% do capital social.

No mesmo período, a Kaminari S.A. realizou um aporte no valor de R\$ 179.375 dessa forma, a estrutura societária da Companhia passou a ser composta por:

Acionista	Ações ordinárias	Valor	%
Sérgio Maeoka	76.036.471	101.833	50,01%
Kaminari S.A	76.006.063	101.792	49,99%
Total	152.042.534	203.625	100,00%

A alteração do capital social não afetou o controle acionário a estrutura administrativa da Companhia, de modo que a composição acionária, direta e indireta, permaneceu inalterada.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, podendo ser utilizada na absorção de prejuízos acumulados, cujo montante está representado por R\$ 4.448 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.065 em 31 de dezembro de 2022).

c. Destinação do lucro

Em conformidade com a legislação societária, após absorção de prejuízos acumulados, retenção de 5% para reserva legal e distribuição de dividendos mínimos de 10%, o Estatuto da Companhia confere aos acionistas o direito de transferir o saldo remanescente para reservas de lucros ou optar pela distribuição adicional de dividendos.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	8.658	12.389
(-) Reserva legal	(433)	(619)
Base para dividendos	8.225	11.770
Dividendos mínimos obrigatórios	823	1.177

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 6.502, os quais foram pagos em caixa no exercício.

Em 31 de dezembro de 2022, os dividendos corresponderam a R\$ 26.104, tendo sido pagos em caixa no exercício R\$ 11.104, e R\$ 15.000 utilizados na liquidação de saldos a receber junto aos acionistas.

30 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta				
Venda de mercadorias	2.405.959	2.254.713	2.672.193	2.315.771
Verbas de marketing e publicidade (a)	31.534	23.409	31.534	23.409
Prestação de serviços	2.474	3.924	2.608	3.924
	2.439.967	2.282.046	2.706.335	2.343.104
Deduções sobre vendas/serviços				
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(101.567)	(107.717)	(136.184)	(122.731)
Devoluções e abatimentos	(13.560)	(13.362)	(20.155)	(13.362)
	(115.127)	(121.079)	(156.339)	(136.093)
Receita líquida de vendas	2.324.840	2.160.967	2.549.996	2.207.011

O Grupo mantém mix amplo de mercadorias para a venda, sendo: i) medicamentos (marca, genérico, similar e medicamentos isentos de prescrição (MIP) ii) higiene e beleza, iii) manipulação, iv) conveniência, v) serviços e vi) medicamentos especiais. Adicionalmente, o Grupo gera receitas com prestação de serviços e vendas de marketing e publicidade. As vendas são realizadas exclusivamente no mercado doméstico, focado nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, diretamente a consumidores.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Medicamentos	1.336.634	1.268.181	1.336.634	1.268.182
Marca	765.587	764.347	765.587	764.347
Genéricos	260.228	190.320	260.228	190.321
Similares	109.539	135.969	109.539	135.969
MIP	201.280	177.545	201.280	177.545
Higiene e beleza	864.627	793.331	864.627	793.331
Manipulação	9.434	9.368	9.434	9.368
Conveniência	195.264	173.784	195.264	173.784
Medicamentos especiais	-	10.049	266.234	71.106
	2.405.959	2.254.713	2.672.193	2.315.771
Outras vendas				
Verbas de marketing e publicidade (a)	31.534	23.409	31.534	23.409
Prestação de serviços	2.474	3.924	2.608	3.924
Impostos sobre vendas/serviços (b)	(101.567)	(107.717)	(136.184)	(122.731)
Devoluções e abatimentos	(13.560)	(13.362)	(20.155)	(13.362)
	(81.119)	(93.746)	(122.197)	(108.760)
Receita líquida de vendas	2.324.840	2.160.967	2.549.996	2.207.011

- (a) Os saldos registrados na rubrica “Verbas de marketing e publicidade” compreendem os acordos comerciais de marketing e publicidade, como exposição em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio, bem como demais serviços de exposição de produtos e marcas de indústrias de higiene e beleza, conveniência e/ou laboratórios de medicamentos.

- (b) Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

31 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias vendidas	1.494.366	1.414.250	1.696.221	1.456.718
Despesas de pessoal	383.485	353.383	390.857	355.086
Depreciação e amortização	97.885	93.008	98.090	93.008
Propaganda e publicidade	14.133	12.364	14.141	12.396
Taxas de administração de operadoras de cartões	26.225	24.390	26.225	24.394
Fretes e carretos	13.543	11.453	16.097	11.453
Serviços de terceiros	44.703	39.876	46.548	39.920
Despesas com manutenção	17.128	16.834	17.883	16.834
Outros - Geral	51.831	52.940	54.999	54.695
	2.143.299	2.018.498	2.361.061	2.064.504

Classificados como:

Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	1.494.366	1.414.250	1.696.207	1.456.717
Despesas administrativas	96.206	95.027	100.360	96.973
Despesas comerciais	552.727	508.186	564.494	509.779
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	-	1.035	-	1.035
	2.143.299	2.018.498	2.361.061	2.064.504

32 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras				
Variação cambial	4.115	820	4.115	820
Rendimentos com aplicações financeiras	7.208	7.061	7.208	7.118
Valor justo 2º série - 1º emissão	1.755	-	1.755	-
Ganhos ou perdas financeiras	9.678	3.532	9.678	3.532
Outras receitas financeiras	2.122	4.044	2.767	4.044
	24.878	15.457	25.523	15.514
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos (a)	(35.613)	(33.223)	(37.373)	(34.120)
Juros passivos	(1.773)	(757)	(2.382)	(757)
Ajuste a valor presente (d)	(49.011)	(30.592)	(54.393)	(30.592)
Despesas bancária	(1.780)	(1.717)	(1.999)	(1.733)
Outras despesas financeiras	(1.946)	(7.341)	(3.620)	(7.064)
Operações com derivativos	(4.146)	(1.782)	(4.146)	(1.782)
Juros sobre debêntures (b)	(69.873)	(45.624)	(69.932)	(45.624)
Juros de arrendamentos (c)	(24.557)	(17.629)	(24.557)	(17.629)
Total de despesas	(188.699)	(138.665)	(198.402)	(139.301)
Despesas financeiras, líquidas	(163.821)	(123.208)	(172.879)	(123.787)

- (a) Para maior detalhamento sobre os juros de empréstimos vide nota explicativa 22.

- (b) Para maior detalhamento sobre os juros de debêntures vide nota explicativa 23.
(c) O custo com arrendamento são os juros dos contratos de arrendamentos apresentados na nota explicativa 20.
(d) O ajuste de valor presente é calculado sobre as compras de mercadorias para revenda, com prazo de pagamento superior à 30 dias.

33 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social

a. Conciliação de imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e a contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, referem-se:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes de IRPJ e CSLL	18.560	19.289	18.974	19.194
Imposto utilizado a alíquota normal vigente - 34%	(6.310)	(6.558)	(6.451)	(6.526)
(+) Adições / (-) Exclusões	(3.592)	(342)	(3.865)	(374)
Multas, brindes e doações	(387)	-	(402)	-
Resultado equivalência patrimonial	(707)	128	-	128
Outras (multa, brindes)	(2.498)	(470)	(3.463)	(502)
Total	(9.902)	(6.900)	(10.316)	(6.900)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(5.971)	(414)	(5.971)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(9.902)	(929)	(9.902)	(929)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(9.902)	(6.900)	(10.316)	(6.900)
Alíquota efetiva	-53%	-36%	-54%	-47%

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O Grupo estima que irá realizar imposto de renda diferido ativo até 2025.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem (controladora e consolidado):

	Controladora				Consolidado			
	Balança patrimonial		Resultado		Balança patrimonial		Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de perdas estimadas nos estoques	238	1.026	(788)	284	238	1.026	(788)	284
Provisões trabalhistas (campanhas, reajustes salariais)	2.872	5.373	(2.501)	(38)	2.872	5.373	(2.501)	(38)
Provisões financeiras (debêntures - serie 2)	-	16.560	(16.560)	1.329	-	16.560	(16.560)	1.329
Provisões para contingências	2.327	1.741	586	(1.450)	2.365	1.766	586	(1.450)
Resultado financeiro (Swap e variação cambial)	(293)	(1.702)	1.409	(2.084)	(293)	(1.702)	1.409	(2.084)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(293)	-	-	-	(293)
Prejuízo fiscal	9.626	-	9.626	-	9.626	-	9.626	-
Outras contribuições	-	1.675	(1.662)	(1.324)	56	1.731	(1.662)	(1.324)
Total	14.770	24.673	(9.890)	(929)	14.864	24.754	(9.890)	(929)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$ 14.770 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 24.673 em 31 de dezembro de 2022), são representados em sua maioria por prejuízo fiscal, para os quais não há prazos para prescrições.

34 Instrumentos financeiros

(i) Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez e estrutura de capital
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo a cada um dos riscos supramencionados, quais são os objetivos do Grupo, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, bem como o gerenciamento de capital do Grupo. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Grupo possui e segue a política de gerenciamento de risco que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. O Grupo, através de suas normas, treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis, bem como suas obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento das políticas, os procedimentos de gerenciamento dos riscos do Grupo, bem como periodicamente revisa a adequação da estrutura e realiza o

gerenciamento de risco em relação aos mesmos enfrentados pelo Grupo.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

As contas a receber são representadas, em grande parte por saldos com operadoras de cartão de crédito, para as quais a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas, acelerar ou reduzir o volume de abertura de novas lojas ou ainda buscar outros instrumentos de dívida junto ao mercado

O Grupo monitora sua estrutura de capital acompanhando todos seus covenants financeiros (vide nota explicativa 23), bem como, a projeção do fluxo de caixa frente as suas obrigações. Este acompanhamento é realizado com visão diária para os 30 dias futuros e projeção mensal para os 12 meses futuros. Caso exista qualquer perspectiva de falta de recursos a Companhia busca reequilibrar a sua estrutura de caixa através do ciclo financeiro das operações ou de novas operações junto ao mercado financeiro.

Risco de mercado

Risco de mercado deve-se as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros ou, ainda, como os preços dos produtos comercializados e serviços prestados pelo Grupo, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar os riscos, em especial o cambial nas operações de empréstimos com taxas estrangeiras. A política é proteger a exposição estimada em moeda estrangeira por meio de *swaps* de taxas de câmbio.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos	114.644	118.984	46.482	2.212	282.322
2ª, 3ª, 4ª e 5ª Emissão de Debêntures - 1ª e 2ª série	82.574	288.000	115.385	-	485.959
Fornecedores	325.569	-	-	-	325.569
Passivo de arrendamento	54.354	49.131	96.834	2.850	203.169
Em 31 de dezembro de 2022					
Empréstimos e financiamentos	64.906	64.435	52.787	36.007	218.135
2ª, 3ª e 4ª Emissão de Debêntures - 1ª e 2ª série	52.894	76.001	108.479	59.580	296.954
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	48.606	-	-	-	48.606
Fornecedores	297.696	-	-	-	297.696
Passivo de arrendamento	60.774	35.624	64.830	3.217	164.445

(ii) Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (controladora e consolidado)

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	323.364	115.778	325.195	116.922
Aplicações financeiras	319	448	319	448
Contas a receber de clientes	164.559	147.553	199.327	172.124
Outras contas a receber	143.427	128.201	143.493	128.696
Total	631.669	391.980	668.334	418.190
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	295.373	274.858	325.569	297.696
Empréstimos e financiamentos	260.620	205.977	282.322	218.135
Debênture 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Emissão	485.959	296.954	485.959	296.954
Outras contas a pagar	36.076	38.007	36.747	38.267
Arrendamentos a pagar	203.169	164.446	203.169	164.446
Total	1.281.197	980.242	1.333.766	1.015.498

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 para os instrumentos financeiros do Grupo de ativo financeiro ao custo amortizado, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outras contas à receber e para o grupo de “Passivo financeiro ao custo amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures referentes a segunda e terceira emissão do Grupo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Técnica de avaliação e inputs significativos não observáveis

Contratos de swap – Valor justo nível 2

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
O valor justo dos derivativos é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.	Não aplicável.	Não aplicável.

(iv) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros do Grupo. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional do Grupo, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Grupo foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2023 (saldo contábil tendo por base o CDI de 13,04 % acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 10% (Cenário I) e 25% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2023:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 10%	Cenário II 25%
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	282.322	28.232	70.581

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo possui instrumento financeiro derivativo em moeda estrangeira (vide nota 14) para proteção da exposição cambial dos empréstimos em moeda estrangeira (vide nota 22).

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que esta operação está coberta por swap e a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Companhia, sendo acompanhada diariamente pelo Departamento Financeiro. Para este acompanhamento são utilizadas previsões de entradas e saídas. A administração da Companhia monitora a liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e também busca manter limites disponíveis suficientes em suas linhas de crédito para demandas não previstas as análises também consideram a avaliação e acompanhamento de covenants financeiros (quando aplicável).

O caixa disponível é aplicado em operações de CDB atreladas ao CDI com liquidez imediata.

35 Resultado por ação (Controladora e consolidado)

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação.

Nenhum ajuste é requerido no lucro diluído por ação:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do período	8.658	12.389

Média ponderada de ações ordinárias (unidades)	152.042.534	152.042.534
Ações ordinárias existentes	152.043	152.043
Lucro por ação básico e diluído (em Reais)	0,056944	0,081484

36 Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa (Controladora e Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2023 as transações que não envolveram caixa compreendendo:

- (i) operações de arrendamento – nota explicativa 21, no valor de R\$ 111.391 (R\$ 76.975 em 31 de dezembro de 2022);
- (ii) Integralização de capital por meio de reservas de lucros o valor de R\$2.530 conforme nota 29.